



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

“Incentivos Públicos à Modernização Empresarial - Avaliação de resultados e impacto na produtividade das empresas”

Trabalho elaborado por: *Fernando Lopes Alfaiate*

Orientador: *Prof. Doutor José António de Azevedo Pereira*

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
2	CONCLUSÕES SOBRE REVISÃO LITERATURA.....	7
3	IDENTIFICAÇÃO DE HIPÓTESES DE TRABALHO	11
4	DESCRIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E ORIGEM DOS DADOS A TRATAR	12
4.1	UMA VISÃO DE CONJUNTO DOS PROJECTOS EM ANÁLISE	13
4.1.4	<i>Candidaturas de projectos para apoio.....</i>	<i>13</i>
4.1.4	<i>Projectos concluídos.....</i>	<i>26</i>
5	METODOLOGIA A UTILIZAR	29
6	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS.....	32
6.1	AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE MÉDIA APARENTE DO TRABALHO	32
6.1.4	<i>Efeitos sobre a produtividade – Análise por dimensão empresa</i>	<i>34</i>
6.1.4	<i>Efeitos sobre a produtividade – Análise sectorial.....</i>	<i>35</i>
6.1.4	<i>Efeitos sobre a produtividade – Análise regional.....</i>	<i>37</i>
6.1.4	<i>Efeitos sobre a produtividade – Tipologia de projectos.....</i>	<i>38</i>
6.2	EFICIÊNCIA PRODUTIVA ASSOCIADA AO INCENTIVO.....	39
6.2.4	<i>Eficiência Produtiva – Análise por dimensão empresa.....</i>	<i>40</i>
6.2.4	<i>Eficiência Produtiva – Análise sectorial</i>	<i>41</i>
6.2.4	<i>Eficiência Produtiva – Tipologia de projectos.....</i>	<i>43</i>
6.3	PROJECTOS CONCLUÍDOS SEM PRÉMIO DE REALIZAÇÃO	44
7	CONCLUSÃO	44
8	TRABALHOS FUTUROS.....	47
9	BIBLIOGRAFIA.....	48
10	ENQUADRAMENTO LEGAL DO PRIME.....	51

1 INTRODUÇÃO

O objectivo do estudo é o de avaliar a dimensão quantitativa e qualitativa alcançada por um sistema de incentivos ao investimento na modernização empresarial (SIME), recorrendo a uma caracterização do universo dos projectos apoiados e a uma avaliação do seu impacto sobre a produtividade ao nível das empresas e dos sectores de actividade.

Utilizando dados sobre empresas que receberam incentivos por parte do Estado, com o presente estudo pretende-se avaliar o acréscimo da produtividade a partir da evolução do Valor Acrescentado Bruto e do emprego, entre o ano económico anterior à realização do investimento (ano pré-projecto) e o “ano cruzeiro”, alcançado após a realização do projecto.

No panorama nacional e ao longo dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio (QCA), Portugal tem recebido via fundos estruturais recursos financeiros que se destinam a apoiar a política de coesão levada a cabo pela Comissão Europeia (CE) com o objectivo de prestar auxílios à reestruturação económica e ao desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas da União Europeia (UE). No terceiro relatório sobre a coesão económica e social a Comissão Europeia (CE 2004) realça a necessidade de aumentar o investimento em capital físico e humano e a necessidade de promover a inovação, como formas de reforçar a competitividade. Tendo presente as amplas disparidades em termos de rendimento, produtividade e emprego, que se verificam entre os diferentes países e regiões, as políticas estruturais e de coesão da UE visam a redução dessas disparidades através da concessão de fundos aos países e regiões desfavorecidos para ultrapassarem deficiências estruturais e desenvolverem as suas vantagens comparativas, a fim de se tornarem competitivos no mercado interno e externo.

De acordo com dados fornecidos pela CE (SME Policy), entre 1989 e 1999, 1,5 milhões de Pequenas e Médias Empresas (PME), ou seja, 8% do total de PME, beneficiaram de ajuda financeira dos fundos estruturais, tendo sido criados ou mantidos 2 milhões de empregos. Sendo de salientar que os países economicamente mais desfavorecidos, que recebem apoios (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) são os que mais participaram para este resultado.

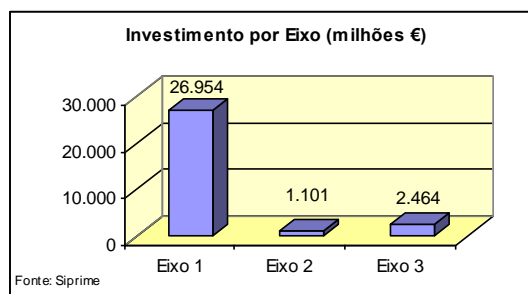
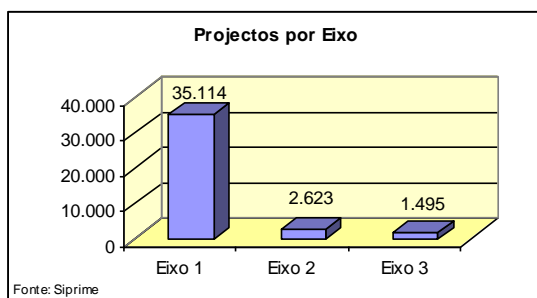
O presente trabalho focaliza-se nos apoios ao investimento concedidos pelo Estado Português às empresas. Neste domínio vamos limitar a nossa análise a uma Intervenção Operacional inserida no QCA III, para o período que decorre entre os anos de 2000 a 2006, designado por Programa de Incentivos à Modernização da Economia – PRIME¹, criado pelo Decreto Lei nº 70-B/2000, com o objectivo de potenciar a economia portuguesa no exterior e conseguir ganhos em matéria de produtividade e competitividade. Os apoios incluídos neste Programa foram aplicados em projectos de investimento que visam favorecer um acréscimo de produtividade e competitividade das empresas, bem como o desenvolvimento estratégico para os diversos sectores de actividade da economia.

Segundo Augusto Mateus & Associados (2006) o PRIME, pela sua dimensão e abrangência é por excelência o Programa que mais promoveu a participação do sector privado nos investimentos abrangidos pelo QCA III, sendo responsável por 60% do total do financiamento privado. Estas características destacaram este Programa enquanto detentor de um acentuado efeito de alavanca (quociente do financiamento privado sobre a despesa pública), claramente superior à média de todos os Programas Operacionais inseridos no QCA III: 129% no PRIME face a 19% em todo o QCA.

O PRIME constituiu-se como um Programa de incentivos às empresas, abrangendo um conjunto de medidas de política de acção económica e prosseguindo os objectivos estratégicos de reforçar a produtividade e competitividade das empresas, promover áreas potenciais de desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial. O Programa, que ainda estará em vigor até final de 2008, contempla 3 níveis de actuação estratégica: Eixo 1 – Dinamização das empresas; Eixo 2 – Qualificação dos Recursos Humanos; e Eixo 3 – Dinamização da envolvente empresarial.

Gráfico 1 – Repartição de candidaturas e investimento por Eixo

¹ Aquando da sua criação, em 2000, o programa designava-se POE – Programa Operacional Economia, mais tarde em 2002, passou a designar-se por PRIME.



O relatório de execução do PRIME de 2006, assinala que o Eixo 1, que concentra esforços nos incentivos financeiros concedidos directamente às empresas, constituiu o núcleo central da procura dirigida ao Programa, abrangendo 89,5% do número de candidaturas e 88,2% do investimento apresentado. Nas Medidas incluídas neste eixo foram aprovados cerca de 14 mil projectos, num montante total de investimento elegível de cerca de 13,4 mil milhões de euros, e atribuídos incentivos às empresas de cerca de 3,7 mil milhões de euros.

Salienta-se que, dado o período de vigência do QCA III, o PRIME aprovou todos os projectos até 31/12/2006, sendo que a execução dos mesmos deverá estar concluída até 31/12/2008.

O presente estudo concentra-se na análise de efeitos dos projectos incluídos numa Medida do PRIME designada por Sistema de Apoio à Modernização Empresarial (SIME), criado pela Portaria nº 687/2000 e que se enquadra no referido Eixo 1.

O SIME aplica-se a projectos de investimento que, visem o reforço da produtividade e da competitividade das empresas e da sua participação em mercados crescentemente globalizados, aplicando-se a projectos de investimento associados à criação, expansão ou modernização das empresas nos sectores da indústria, construção, comércio, turismo, serviços e transportes.

Os projectos apresentados ao SIME resultam de uma análise estratégica das empresas, identificando as suas necessidades de investimento nas suas diversas áreas funcionais, designadamente:

- Investimentos essenciais à actividade;
- e
- Investimentos em factores dinâmicos de competitividade: internacionalização, eficiência energética, certificação da qualidade, segurança e gestão ambiental e qualificação de recursos humanos. As despesas de investimento, consideradas elegíveis para apoio, apresentam natureza corpórea e incorpórea.

A selecção dos projectos é feita por critérios estabelecidos no Regulamento de Execução do SIME, através do cálculo de uma Valia Económica, sendo os projectos seleccionados quando atinjam um determinado limite previamente estabelecido nesse Regulamento. De 2000 a meados de 2002 (SIME –A) os critérios usados basearam-se no Mérito Sectorial do projecto, no impacto deste na competitividade da empresa promotora e na qualificação do risco dessa empresa (Portaria nº687/2000). A partir de meados 2002 os critérios de selecção mudaram, sendo introduzidos indicadores relacionados com rendimento económico e fiscal gerados pela empresa que se candidata à concessão dos incentivos públicos (Portarias nº865- A/2002 , nº 262/2004 e nº 456/2005).

Os apoios revestem a forma de incentivo reembolsável, bonificações de juros de empréstimos bancários de valor equivalente ao incentivo reembolsável, incentivos não reembolsáveis e prémios de realização.

Em termos de dimensão, o SIME é o maior sistema de incentivos do PRIME. Segundo o relatório de execução, até final de 2006 (data limite para apresentação e aprovação de candidaturas) foram recepcionadas no SIME 6.005 candidaturas com um investimento associado de cerca de 19,4 mil milhões de euros. Dos projectos candidatados 2.154 foram aprovados, representando cerca de 9,4 mil milhões de euros de investimento elegível, tendo-lhes sido atribuído um incentivo total de cerca de 2,5 mil milhões de euros, o que representa cerca de 48,7% do total dos incentivos concedidos pelo PRIME.

Partindo da observação da procura registada, medida pelas candidaturas entradas, o presente estudo passa depois à observação de projectos que foram objecto de aprovação, caracterizando estes projectos, e finalmente procede-se a uma avaliação da sua contribuição para os objectivos estratégicos definidos para o PRIME e mais concretamente para o SIME.

Desta forma, estando o SIME orientado para o aumento de produtividade nas empresas, utiliza-se esta variável como forma de medir o sucesso alcançado pelos projectos concluídos.

2 CONCLUSÕES SOBRE REVISÃO LITERATURA

Uma primeira questão colocada que deu início a este trabalho de avaliação foi o definir “projecto com sucesso”. Tendo em consideração os objectivos estratégicos definidos para o programa PRIME, realça-se a importância da produtividade. Assim, em consonância com estes objectivos e com as metas fixadas ao nível da avaliação do desempenho dos projectos, para efeitos de atribuição de Prémios de Realização, observa-se grande ênfase ao nível do acréscimo de produtividade. Assim sendo concluímos por considerar que o objectivo principal do PRIME é o aumento da produtividade

Em estudo de avaliação da eficácia do Programa, com base nos grandes objectivos, Augusto Mateus & Associados (2006) observam que o PRIME se propõe ter uma actuação predominante sobre o aumento da produtividade, dado que onze das doze Medidas do Programa têm intervenção a este nível. Na elaboração de inquérito sobre a eficácia do Programa constatarem opiniões diferentes entre os promotores dos projectos e as entidades envolvidas na gestão do PRIME, relativamente ao seu contributo para os objectivos da promoção da produtividade. Assim, enquanto que a gestão coloca a promoção da produtividade no topo dos contributos do Programa, os promotores (as empresas que desenvolvem os projectos de investimento) colocam o respectivo contributo numa zona intermédia, com o contributo para a competitividade a sobrepor-se ao contributo para a produtividade. Em termos conclusivos, este estudo de avaliação avança com uma quantificação dos efeitos do PRIME sobre a produtividade partindo da evolução do valor acrescentado bruto e do emprego, entre o “ano base” e o “ano cruzeiro”, para chegar a uma estimativa da evolução da produtividade média aparente do trabalho no

conjunto das empresas. Os valores apurados revelaram que as empresas apoiadas pelo PRIME podem vir a registar um ganho global em termos de produtividade aparente do trabalho na ordem dos 13,31%. Tendo em consideração, por outro lado, que o peso do emprego das empresas apoiadas no conjunto da economia foi estimado neste estudo em 8,6%, concluíram que passando do efeito directo sobre as empresas beneficiárias de apoio, para o efeito directo sobre o conjunto da economia, resulta um choque positivo de 1,14%.

Na literatura sobre as teorias de crescimento, destacam-se os contributos de Robert Solow (1956) sobre a teoria neoclássica do crescimento. Esta teoria centra-se na acumulação de capital e no pressupondo de que a produtividade do capital é positiva, mas decrescente. Ou seja, assume que no curto prazo os investimentos em stock de capital aumentam a produção das empresas mas este aumento vai sendo decrescente não se registando no longo prazo. Esta teoria introduz a tecnologia como variável exógena, afirmando que ao se atingir o estado estacionário a taxa de crescimento dependerá do progresso tecnológico e do crescimento demográfico.

No final da década de 80 surge a teoria do crescimento endógeno que se centra nos determinantes do progresso tecnológico. Esta teoria introduz a noção da existência de uma produtividade marginal do capital constante, ao contrário da teoria neoclássica. Ou seja a duplicação do stock de capital implica duplicação da produção (Lucas, R. 1988 e Romer, P. 1986).

Em termos de estudos empíricos De Long & Summer (1991 e 1992) afirmam que os investimentos em máquinas e equipamentos têm uma influência positiva no acréscimo da produtividade. No seu estudo mostram uma significativa correlação positiva entre o aumento do investimento em equipamento e maquinaria e o crescimento económico, afirmando que o investimento privado em máquinas e equipamento é um factor estratégico para o crescimento económico. Concluíram ainda que a produtividade não poderia aumentar sem um incremento na intensidade do capital. Nas regressões feitas verifica-se uma associação entre o investimento (maquinaria e equipamento) e produtividade por trabalhador.

Erenburg (1994) demonstrou que o investimento privado em equipamentos e maquinaria é vital dado que aumentando o stock de capital se está a contribuir para o aumento da

produtividade das empresas e consequentemente para o crescimento económico. Por outro lado, afirma este autor que as políticas públicas governamentais assumem neste domínio um papel importante se focalizarem os esforços na promoção do aumento do stock de capital privado.

Num estudo desenvolvido por Someshwar R., Andrew S. and Jeremy S., (2005) analisam-se as causas do decréscimo da produtividade no Canadá desde 2000. Concluíram estes autores que um dos factores que explica o decréscimo de produtividade nesse período foi o decréscimo do investimento em maquinaria e equipamento. Concluindo assim que o aumento stock de capital é factor importante para o aumento da produtividade do trabalho.

Partindo do pressuposto de que os subsídios ao investimento na EU são um instrumento eficiente para contribuir para o incremento do crescimento das empresas localizadas nas regiões desfavorecidas, Bergstrom (1998) examinou os efeitos dos subsídios sobre a produtividade nas empresas que receberam na Suécia subsídios ao investimento. Apontou como hipóteses de estudo duas razões para suspeitar de uma correlação positiva entre os subsídios e produtividade. Primeiro os subsídios ajudam ao avanço do desenvolvimento tecnológico e logo contribuem para aumento de produtividade. Segundo, ajudam as empresas a desenvolverem economias de escala. Mostrou que há uma correlação entre aumento valor das empresas e o facto destas terem sido subsidiadas e que a produtividade destas empresas registou um aumento no primeiro ano depois de ter recebido o subsídio, mas depois desse ano não se verificou tal crescimento. Mesmo no pressuposto que exista falha de mercado que justifique a intervenção do Estado por via da concessão de subsídios às empresas, não é clara que os recursos sejam eficientemente alocados.

Conclusões idênticas, sobre a ineficiente alocação dos recursos, foram tiradas também por outros autores Beason & Weinstein (1996) e Lee's (1996), dada a influencia que os grupos de pressão podem levar a que os subsídios tenham efeitos menores sobre a produtividade, tornando as empresas menos eficientes.

Tzelepis, e Skuras (2004) num estudo cujo objectivo foi o de investigar o impacto dos subsídios ao investimento na performance das empresas, concluíram que estes tinham apenas um efeito positivo sobre o crescimento das empresas.

Wang e Ang (2004) propuseram-se determinar os factores que influenciam a performance das empresas, partindo de uma amostra de 131 empresas de Singapura com intervenção de capital de risco. Afirmaram que a potencialidade dos recursos base das empresas são o meio de criar vantagens competitivas. Definiram esses recursos como sendo: inputs no processo de produção tais como equipamento, habilitações dos empregados e patentes. Também a estratégia definida para as empresas se relevou um variável importante neste estudo. O estudo concluiu que o ambiente externo à empresa, os seus recursos base e a sua estratégia definida pelos empresários afectam significativamente a performance das empresas intervencionadas por capitais de risco.

Sob a Hip. de o valor envolvido na intervenção de capital de risco ser positivamente relacionado com a performance, constataram haver fraca sustentabilidade, apesar de concluírem que o capital de risco faz algumas contribuições nesse sentido.

O estudo desenvolvido por Manigart, Waele, Wright, Robbie, Desbrières, Sapienza e Beekman (2002) trata-se de uma análise empírica com o objectivo de observar as determinantes do retorno requerido pelos empresários das empresas intervencionadas pelo capital de risco. Focando esse retorno em diferentes fases de investimento: início, expansão e aquisição/buyout. O estudo analisa variáveis como, a fase de investimento, tipo de investidor, percentagem de investimento e idade para explicar a rentabilidade operações nas diferentes fase de investimento.

O estudo empírico de Randoy e Goel (2003) mostra como a estrutura societária das PME afecta a sua performance. Neste estudo aplicaram-se variáveis como: estrutura de posse da empresa (nacional/estrangeiro), activo fixo corpóreo, idade da empresa, total de endividamento, para explicar o valor de mercado das empresas.

Por outro lado, Augusto Mateus & Associados (2006) afirmam que genericamente, os sistemas de incentivos financeiros ao investimento empresarial, nos quais se inclui o SIME, têm constituído a componente central quer do PRIME quer de outros programas no passado (PEDIP I e II). Segundo este autores encontra alguma justificação na existência deste tipo de sistemas de incentivo às empresas, uma vez que ainda que grande parte do investimento apoiado se dirija para o reequipamento das empresas, é claro que esse reequipamento tende frequentemente a acompanhar-se de processos de redimensionamento e/ou de reorganização interna, com impacto potencial na qualidade do

exercício de várias áreas funcionais internas. O apoio público a este tipo de projectos, ao embaratecer o custo relativo do capital, pode, assim, antecipar uma trajectória que ficará consolidada pelos ganhos de produtividade mais rapidamente obtidos. No entanto, referem ainda, é credível pensar-se que, num grande número de projectos apoiados, a adicionalidade introduzida pela intervenção pública será reduzida: tratar-se-ão de projectos com um retorno privado mais ou menos seguro, que, em qualquer caso, seriam executados, não existindo assim um verdadeiro efeito incentivo.

3 IDENTIFICAÇÃO DE HIPÓTESES DE TRABALHO

Na revisão feita da literatura salienta-se, por um lado, um conjunto de estudos que identifica uma ligação entre os incentivos e o acréscimo de produtividade. No entanto, também se revela em determinados estudos que a alocação dos recursos, consubstanciados em subsídios concedidos pelo Estado, é ineficiente e está sujeita a grupos de pressão, tornando as empresas que os recebem menos eficientes.

Todavia reúne-se consenso alargado, quer em termos de teoria económica, quer em termos de trabalhos académicos e científicos, que o investimento em equipamento ao contribuir para o incremento da intensidade de capital, está a contribuir para o aumento da produtividade das empresas e consequentemente para o crescimento económico.

Partindo destas deduções, formulámos as seguintes hipóteses, como pressuposto teórico subjacente a este estudo:

- **Hipótese 1** – O incremento da intensidade de capital tem consequência ao nível acréscimo de produtividade;
- **Hipótese 2** - Os apoios do Estado ao incentivarem o investimento em maquinaria e equipamentos, contribuem para o aumento da produtividade das empresas.

Desta forma, o propósito deste estudo é o de avaliar e caracterizar a evolução da produtividade nas empresas, partindo do pressuposto de que o incentivo ao investimento tem também consequências ao nível da sua modernização.

Este trabalho baseia-se ainda no pressuposto de que o incentivo não constitui um mero efeito adicional no investimento, mas antes uma forte alavancagem financeira disponibilizada aos empresários, como via de desenvolverem projectos de investimento direccionados para a transformação da estrutura produtiva e empresarial, e para a constituição de unidades mais modernas, utilizando tecnologias mais avançadas e recursos mais qualificados e, dessa forma, mais produtivas e competitivas.

4 DESCRIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E ORIGEM DOS DADOS A TRATAR

O estudo incide sobre as candidaturas de projectos apresentadas ao SIME – “Sistema de Incentivos de Modernização Empresarial”. Segundo os dados do sistema de informação PRIME (SIPRIME) este sistema de incentivos recebeu 6.005 candidaturas (19,2 mil milhões de euros de investimento), desdobrando-se em 5 acções:

Quadro 1 - Candidaturas recebidas (2000-2006)

Legislação SIME Acções	Projectos		Investimento Total	
	Nº	%	Montante (mil €)	%
SIME A	3677	61,2%	10.732.193	56,0%
SIME B	608	10,1%	2.218.800	11,6%
SIME C	708	11,8%	2.156.771	11,3%
SIME D	416	6,9%	4.003.268	20,9%
SIME E	596	9,9%	54.817	0,3%
Total SIME	6.005	100%	19.165.849	100%

Fonte: SIPRIME

O SIME A, B, C e D têm diferenciação em termos de legislação, cujo regulamento apresenta diferenças ao nível dos critérios de selecção dos projectos e critérios de atribuição de Prémio de Realização e natureza de incentivo. Contudo o âmbito, objectivos e tipologias de investimentos são idênticos, integrando as suas diversas componentes de investimento (investimentos essenciais à actividade, qualidade, formação, energia, inovação, internacionalização). O SIME E incorpora uma autonomização da componente de internacionalização, tornando numa acção especializada nesta área.

Considerando que este estudo pretende avaliar resultados dos projectos executados, optou-se por trabalhar apenas com os projectos do SIME A, o qual apresenta um número suficientemente alargado de projectos concluídos, que comportam já a avaliação de desempenho e dados reais das empresas referente ao “ano de cruzeiro”.

O SIME – A, durante o período de tempo que esteve em vigor, entre Outubro de 2000 a Junho de 2002, recebeu 3.677 candidaturas (61% do total da Medida SIME) de projectos cujo investimento ronda os 10,7 mil milhões de euros de investimento (56% do total da medida SIME) e é este o universo global da nossa análise neste relatório.

Os dados sobre estas candidaturas foram recolhidos do Sistema de Informação do PRIME (SIPRIME), e tratados em Excel, tendo o último ponto de situação sido retirado desse sistema de informação em 1 de Setembro de 2008.

4.1 UMA VISÃO DE CONJUNTO DOS PROJECTOS EM ANÁLISE

4.1.4 Candidaturas de projectos para apoio

Numa análise do ponto de vista global das 3.677 candidaturas, constata-se que a procura, medida em número de projectos e investimento previsto, por períodos de tempo, permite verificar que o ano de 2001 foi o que registou maior entrada de projectos. Observa-se que até final de 2001 cerca de 49% do total dos projectos (2.944) da medida SIME tinham já dado entrada no sistema de incentivos, representando 45% do investimento (8,7 mil milhões de euros). Este dinamismo inicial deveu-se, em primeiro lugar à possibilidade de incluir, excepcionalmente (até 01/03/2001), nas candidaturas, os investimentos realizadas na implementação dos projectos de investimento desde o início do segundo semestre de 1999 (mecanismo de transição de projectos entre o QCA II e QCA III). Por outro lado, outro factor explicativo dessa procura pretende-se com a forte aderência das empresas por este sistema de incentivos, centralizado na modernização e expansão da actividade das empresas.

No entanto, com o último ponto de situação que data de 1 de Setembro de 2008, constata-se que com as desistências e anulações de projectos, por decisão do promotor ou por incumprimento, estavam registados 3.288, os quais passamos agora analisar.

Quadro 2 - Repartição anual de candidaturas - SIME - A

Ano	Projectos				Investimento Total			
	Nº	%	Montante	%	Média Anual	Máximo	Minímo	Desv Padrão
2000	199	6%	488.170.300 €	6%	2.453.117 €	88.327.229 €	81594,13	6.914.426 €
2001	2648	81%	6.693.620.692 €	76%	2.527.802 €	189.867.022 €	50383,58	7.577.277 €
2002	441	13%	1.646.440.760 €	19%	3.733.426 €	256.847.997 €	51386	14.156.122 €
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%	2.684.985 €	256.847.997 €	51.386 €	8.724.201 €

Fonte: SIPRIME

Observamos que o investimento médio se situa nos 2,6 milhões de euros por projecto. Constata-se, contudo, que este valor médio está muito influenciado por uma forte variabilidade no valor do investimento dos projectos. Esta situação é essencialmente explicada devido à existência de grandes projectos de investimento apresentados por grandes empresas, a par de projectos de pequena dimensão de micro empresas.

Quadro 3 - Dimensão empresas

Dimensão	Projectos				Invest. Total			
	Nº	%	Montante	%	Médio	Máximo	Minímo	Desv Padrão
Micro empresa	214	7%	191.489.028 €	2%	894.809 €	25.694.644 €	72.824 €	2.392.365 €
Pequena empresa	1555	47%	1.998.066.174 €	23%	1.284.930 €	38.406.407 €	51.386 €	2.363.510 €
Média empresa	1029	31%	2.177.047.474 €	25%	2.115.692 €	49.994.384 €	50.384 €	3.498.897 €
Não PME	490	15%	4.461.629.075 €	51%	9.105.365 €	256.847.997 €	66.704 €	20.414.839 €
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%	2.684.985 €	256.847.997 €	50.384 €	8.724.201 €

Fonte: SIPRIME

Pela observação do quadro 3 conclui-se, que o volume de investimento por projecto aumenta em função da dimensão das empresas. Observa-se também que 47% dos projectos foram apresentados por pequenas empresas, mas que ao nível do volume de investimento são as grandes empresas (não PME) que têm uma representatividade de 51%, sendo que apenas representam 15% dos projectos. As PME, no seu todo foram responsáveis por 85% dos projectos apresentados.

Em termos de distribuição geográfica destaca-se um maior peso de candidaturas no distrito do Porto, Aveiro e Braga, com respectivamente cerca de 17%, 13% e 12% das candidaturas

apresentadas. A região Norte destaca-se, assim, do conjunto das outras regiões em termos de número de candidaturas apresentadas.

Quadro 4 - Distribuição por distrito

Ano	Projectos		Invest. Total	
	Nº	%	Montante	%
Aveiro	429	13%	1.070.180.508 €	12%
Beja	24	1%	128.243.252 €	1%
Braga	404	12%	815.897.798 €	9%
Bragança	28	1%	43.240.458 €	0%
Castelo Branco	59	2%	129.292.071 €	1%
Coimbra	108	3%	457.122.436 €	5%
Évora	56	2%	221.459.062 €	3%
Faro	79	2%	244.164.378 €	3%
Guarda	55	2%	123.991.176 €	1%
Ilha da Madeira	65	2%	126.515.170 €	1%
Ilha de Porto Santo	2	0%	5.964.895 €	0%
Ilha de São Jorge	2	0%	2.533.055 €	0%
Ilha de São Miguel	41	1%	161.518.234 €	2%
Ilha do Faial	2	0%	16.288.807 €	0%
Ilha do Pico	1	0%	898.667 €	0%
Ilha Terceira	19	1%	70.119.157 €	1%
Leiria	206	6%	413.288.639 €	5%
Lisboa	307	9%	806.716.730 €	9%
Multi-concelhos	223	7%	1.231.022.181 €	14%
Portalegre	51	2%	228.758.108 €	3%
Porto	554	17%	1.036.841.115 €	12%
Santarém	140	4%	351.215.336 €	4%
Setúbal	117	4%	628.763.511 €	7%
Viana do Castelo	92	3%	174.331.090 €	2%
Vila Real	72	2%	85.073.899 €	1%
Viseu	152	5%	254.792.019 €	3%
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%

Fonte: SIPRIME

Relativamente à distribuição sectorial, verifica-se uma grande concentração da procura em empresas do sector da indústria com cerca de 59% das candidaturas e 70% do investimento. É também neste sector, juntamente com o sector dos transportes, que o volume médio de investimento por projecto é mais elevado.

Quadro 5 - Distribuição sectorial de candidaturas

Sector	Projectos		Invest. Total		
	Nº	%	Montante	%	Média
Comércio	487	15%	502.049.931 €	6%	1.030.903 €
Construção	207	6%	484.206.094 €	5%	2.339.160 €
Indústria	1951	59%	6.214.096.818 €	70%	3.185.083 €
Outros sectores	9	0%	18.851.400 €	0%	2.094.600 €
Serviços	182	6%	484.404.425 €	5%	2.661.563 €
Transportes	45	1%	142.388.723 €	2%	3.164.194 €
Turismo	407	12%	982.234.361 €	11%	2.413.352 €
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%	2.684.985 €

Fonte: SIPRIME

Analisando a procura registada no SIME com base numa classificação dos serviços utilizando os critérios da Eurostat e num conceito alargado de serviços, ou seja, incluindo comércio, turismo e transportes e, por outro lado, utilizando os critérios da OCDE para classificar o grau de intensidade tecnológica na indústria transformadora, constata-se que as candidaturas acompanham o perfil de especialização nacional, observa-se uma preponderância dos apoios aos sectores com fraca intensidade tecnológica/ conhecimento.

Quadro 6 - Candidaturas SIME -A - Intensidade tecnológica/conhecimento

Sector Actividade		Projectos		Invest. Total	
		Nº	%	Montante	%
Sectores dos serviços	Serviços de Mercado com fraca intensidade de conhecimento	910	28%	1.613.450.077 €	18%
	Serviços de Mercado com forte intensidade de conhecimento	3	0%	2.346.082 €	0%
	Serviços de Alta-Tecnologia com forte intensidade de conhecimento	152	5%	361.866.072 €	4%
	Outros Serviços com forte intensidade de conhecimento	40	1%	75.347.695 €	1%
	Outros Serviços com fraca intensidade de conhecimento	13	0%	58.836.448 €	1%
Total serviços		1118	34%	2.111.846.373 €	24%
Industria Transformadora	Alta Tecnologia	64	2%	614.789.670 €	7%
	Baixa Tecnologia	962	29%	2.568.093.572 €	29%
	Média-Alta Tecnologia	260	8%	791.888.481 €	9%
	Média-Baixa Tecnologia	588	18%	1.995.237.164 €	23%
Total Industria Transformadora		1874	57%	5.970.008.886 €	68%
Outros sectores		296	9%	746.376.492 €	8%
Total Geral		3.288	100%	8.828.231.752 €	100%

Fonte: SIPRIME

Em termos de tipologia de investimento destacam-se as candidaturas de projectos de “Modernização estrutural ou organizacional”, “Expansão da actividade” e de “Criação de empresa”, em consonância com os objectivos do próprio sistema de incentivos SIME.

Quadro 7 - Candidaturas SIME -A - Tipologia de projectos

Tipologia projectos	Projectos		Invest. Total	
	Nº	%	Montante	%
Certificação de Serviços	1	0,03%	2.317.555 €	0,03%
Comercialização e marketing	13	0,40%	16.866.245 €	0,19%
Contrato partilha produção e/ ou serviços entre empresa nac. e empresa internac.	1	0,03%	5.180.415 €	0,06%
Criação de empresa	488	14,84%	1.407.282.163 €	15,94%
Criação de empresa conjunta - joint-venture	1	0,03%	108.633 €	0,00%
Desenvolvimento de Sistemas de Gestão da Qualidade	1	0,03%	58.125 €	0,00%
Deslocalização	65	1,98%	94.069.850 €	1,07%
Diferenciação de produtos/serviços	249	7,57%	485.960.125 €	5,50%
Diversificação	91	2,77%	195.420.148 €	2,21%
Diversificação da actividade	26	0,79%	46.384.299 €	0,53%
Diversificação de mercados	13	0,40%	21.716.386 €	0,25%
Diversificação de produtos/serviços	154	4,68%	303.639.493 €	3,44%
Eficiência e protecção ambiental	19	0,58%	424.085.553 €	4,80%
Expansão da actividade	541	16,45%	1.743.598.005 €	19,75%
Implementação e certificação de outros Sistemas reconhecidos pelo IPQ	1	0,03%	1.376.153 €	0,02%
Implementação e certificação de Sistemas Gestão Ambiental	3	0,09%	204.907 €	0,00%
Implementação e certificação de Sistemas Gestão da Qualidade	32	0,97%	3.962.617 €	0,04%
Implementação e certificação de Sistemas Gestão Segurança e Saúde Ocupacional	5	0,15%	440.005 €	0,00%
Implementação e certificação de Sistemas Qualificação	5	0,15%	1.305.112 €	0,01%
Incremento do potencial tecnológico	23	0,70%	133.430.069 €	1,51%
Integração de actividades dispersas	3	0,09%	5.262.438 €	0,06%
Internacionalização com Vertente Investimento e Marketing Internacional	5	0,15%	7.186.802 €	0,08%
Introdução de novas tecnologias da informação e comunicação	76	2,31%	120.356.152 €	1,36%
Invest. financ. directo no estrangeiro em empresas do grupo, filiais e associadas	7	0,21%	21.321.677 €	0,24%
Invest. financ. directo no estrangeiro em outras empresas não filiais e associadas	2	0,06%	17.392.285 €	0,20%
Invest. Marketing Internacional	14	0,43%	8.108.107 €	0,09%
Investigação e Desenvolvimento visando a criação de novos produtos	16	0,49%	24.737.783 €	0,28%
Investigação e Desenvolvimento visando a criação de novos serviços	3	0,09%	958.283 €	0,01%
Investigação e Desenvolvimento visando a criação de novos sistemas	1	0,03%	2.041.912 €	0,02%
Investigação e Desenvolvimento visando a melhoria significativa processos existentes	1	0,03%	1.039.829 €	0,01%
Investigação e Desenvolvimento visando a melhoria significativa produtos existentes	2	0,06%	2.278.462 €	0,03%
Investigação e Desenvolvimento visando a melhoria significativa serviços existentes	1	0,03%	495.237 €	0,01%
Investimento directo estrangeiro no território nacional	9	0,27%	224.459.681 €	2,54%
Modernização estrutural ou organizacional	822	25,00%	2.206.116.181 €	24,99%
Optimização da concepção do processo básico da actividade existente	148	4,50%	228.772.341 €	2,59%
Optimização da concepção do produto/serviço existente	171	5,20%	264.617.093 €	3,00%
Outra	9	0,27%	156.935.070 €	1,78%
Outras Estratégias de Internacionalização	1	0,03%	224.000 €	0,00%
Promoção e marketing no estrangeiro	7	0,21%	8.109.846 €	0,09%
Prospecção e presença em mercados externos	3	0,09%	5.758.592 €	0,07%
Racionalização/Poupança energética	3	0,09%	5.269.431 €	0,06%
Reconversão	28	0,85%	80.675.832 €	0,91%
Redimensionamento (Concentração empresarial)	12	0,36%	63.986.823 €	0,72%
Redimensionamento (Desconcentração empresarial)	7	0,21%	35.422.069 €	0,40%
Redução de custos	26	0,79%	37.639.265 €	0,43%
Reforço competências e sist. endógenos técnicos e eng. de produtos e processos	66	2,01%	207.536.301 €	2,35%
Reforço dos sistemas de segurança e saúde	5	0,15%	4.877.217 €	0,06%
Reorganização	100	3,04%	165.299.224 €	1,87%
Valorização económica de resíduos, efluentes e desperdícios	8	0,24%	33.947.962 €	0,38%
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%

Fonte: SIPRIME

4.1.2 Projectos aprovados

O Regulamento do SIME – A foi publicado através da Portaria n.º 687/2000, na qual estão estabelecidos, em conjugação com o Despacho n.º 25 838/2000, do Ministro da Economia, os critérios de selecção dos projectos. Os projectos foram seleccionados com base na atribuição de uma Valia Económica (pontuada de 0 a 100 pontos), calculada segundo a

metodologia definida no anexo B ao referido Regulamento, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Critério A - mérito sectorial do projecto;
- b) Critério B - impacto do projecto na competitividade da empresa;
- c) Critério C - qualificação do risco.

Não foram aprovados os projectos com pontuação nula no critério A ou os projectos com Valia Económica inferior a 50 pontos.

Do conjunto dos 3.288 projectos 1.541 (47%) foram aprovados tendo o Estado atribuído um incentivo de 1,5 mil milhões de euros, a que corresponde a uma taxa média de incentivo de 32%, sobre o investimento que foi considerado elegível para apoio.

Quadro 8 - Projectos aprovados SIME - A

Decisão	Projectos		Invest. Total		Investimento	Incentivo Aprovado	
	Nº	%	Montante	%	Elegível	Montante	Taxa
Aprovados	1.541	47%	6.205.406.006 €	70%	4.900.010.918 €	1.572.265.248 €	32%
Não Aprovados	1.747	53%	2.622.825.746 €	30%			
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%	4.900.010.918 €	1.572.265.248 €	32%

Fonte: SIPRIME

A natureza de incentivo aprovado reparte-se entre 1,2 mil milhões de incentivo reembolsável e 278 milhões de incentivo não reembolsável (atribuído a título definitivo). A atribuição do incentivo reembolsável tem subjacente um mecanismo de Prémio de Realização, com a possibilidade, caso sejam cumpridos os objectivos propostos, de conversão de parte desse incentivo em não reembolsável. O incentivo reembolsável é concedido sem juros e de acordo com um plano de reembolso contratualmente fixado.

4.1.2.1 Taxa de aprovação

O indicador utilizado, taxa de aprovação, é calculada com o rácio entre o total dos projectos aprovados e o total de projectos analisados. Este indicador revela que os projectos aprovados representam 47% do total das candidaturas. No entanto, se calcularmos o indicador “taxa de aprovação” em termos de investimento, ou seja, rácio

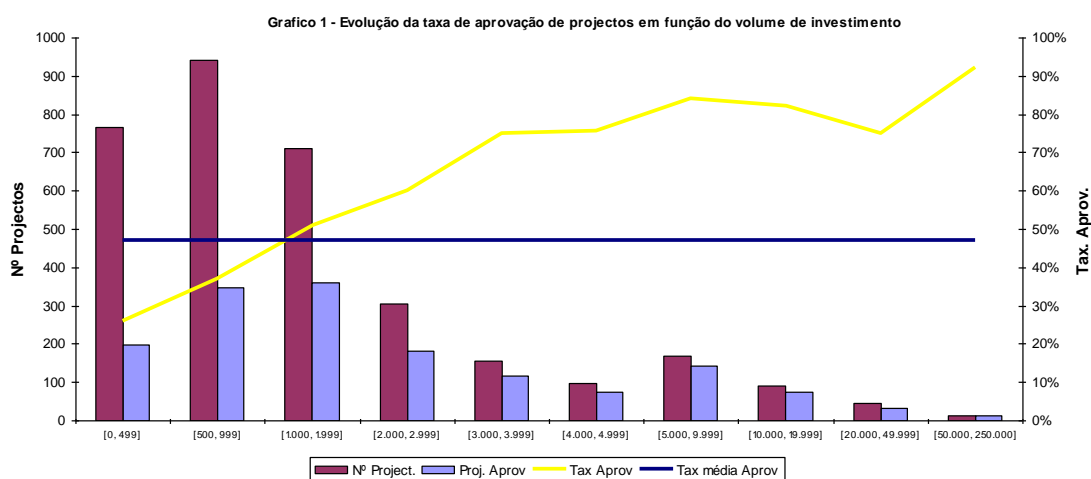
entre o investimento dos projectos aprovados e o total do investimento apresentado nas candidaturas, verificamos que essa taxa aumenta para 70%. Esta situação está relacionada com a maior taxa de aprovação dos projectos de maior dimensão.

Relativamente a este aspecto observa-se o quadro seguinte.

Quadro 9 - Taxa de aprovação por dimensão de investimento.

Investimento (mil euros)	Nº Project.	Proj. Aprov	Tax Aprov
[0, 499]	765	199	26%
[500, 999]	940	347	37%
[1.000, 1.999]	710	361	51%
[2.000, 2.999]	304	183	60%
[3.000, 3.999]	155	116	75%
[4.000, 4.999]	98	74	76%
[5.000, 9.999]	169	142	84%
[10.000, 19.999]	90	74	82%
[20.000, 49.999]	44	33	75%
[50.000, 250.000]	13	12	92%
Total Geral	3.288	1.541	47%

Fonte: SIPRIME



Constata-se que os projectos de maior dimensão têm uma taxa de aprovação mais elevada. No primeiro escalão de investimento, até aos 500 mil euros de investimento, a taxa de

rejeição é da ordem dos 74%. Por outro lado, nos projectos com investimento superior a 50 milhões de euros regista-se uma taxa de rejeição de apenas 8%.

Estes dados poderão traduzir uma melhor formulação e estruturação dos projectos à medida que a dimensão do investimento aumenta.

Este efeito é também observado se analisarmos as aprovações tendo por base a dimensão das empresas. Observa-se, assim, que a taxa de aprovação dos projectos é maior nas empresas com maior dimensão.

Quadro 10 - Aprovação de projectos por dimensão empresa

Dimensão	Nº Project.	Proj. Aprov	Tax Aprov
Micro empresa	214	50	23%
Pequena empresa	1555	567	36%
Média empresa	1029	566	55%
Não PME	490	358	73%
Total Geral	3288	1541	47%

Fonte: SIPRIME

No entanto, verifica-se que as pequenas e médias empresas (PME) são responsáveis por cerca de 77% dos projectos apoiados, com claro predomínio para as pequenas empresas (36,8%) seguidas pelas médias empresas (36,7%).

Esta constatação leva-nos a salientar a alteração de estrutura concretizada com aprovação de projectos. Ou seja, a procura traduzida pelo número de candidaturas apresentadas, acabou por ser alterada, na fase de aprovação, em favor das empresas e dos projectos de maior dimensão.

Quadro 11 - Comparação estrutura após análise de candidaturas

Candidatura/Procura					Aprovações /Análises							
Dimensão	Projectos		Invest. Total		Projectos Aprovados			Investimento Total			Incentivo	
	Nº	%	Montante	%	Nº	%	▽	Montante	%	▽	Montante	%
Micro empresa	214	7%	191.489.028 €	2%	50	3%	-3%	50.595.305 €	1%	-1%	20.255.305 €	1%
Pequena empresa	1.555	47%	1.998.066.174 €	23%	567	37%	-10%	960.442.390 €	15%	-7%	332.392.740 €	21%
Média empresa	1.029	31%	2.177.047.474 €	25%	566	37%	5%	1.433.810.195 €	23%	-2%	446.642.015 €	28%
Não PME	490	15%	4.461.629.075 €	51%	358	23%	8%	3.760.558.116 €	61%	10%	772.975.187 €	49%
Total Geral	3.288	100%	8.828.231.752 €	100%	1.541	100%		6.205.406.006 €	100%		1.572.265.248 €	100%

Fonte: SIPRIME

Observando o quadro comparativo entre a estrutura resultante da procura e a situação pós aprovação de projectos concluímos:

- a) O peso dos projectos de micro e pequenas empresas diminui respectivamente em 3% e 10%;
- b) O peso dos projectos de médias e grandes empresas, aumentou respectivamente de 5% e 8%;
- c) O investimento total das grandes empresas aumentou em 10%, registando-se diminuições nas restantes dimensões de empresa. Com as aprovações o investimento das grandes empresas passou a representar 61% do total do investimento dos projectos aprovados;
- d) Não obstante o facto de as taxas de incentivo serem menores para as grandes empresas, dado que as PME têm majorações na taxa base de incentivo, observa-se, ainda assim, que 49% do incentivo foi atribuído a grandes empresas.

Na análise da taxa de aprovação por sector de actividade destaca-se a baixa taxa de aprovação no comércio (fruto de existirem outras medidas específicas para este sector e pelo facto das grandes empresas deste sector não serem elegíveis no SIME) e as taxas registadas acima da média nos sectores turismo, indústria e transportes.

Quadro 12 - Taxa de aprovação por sector de actividade

Dimensão	Nº Project.	Proj. Aprov	Tax Aprov
Comércio	Aprovados	134	
	Não Aprovados	353	
Comércio Total		487	28%
Construção	Aprovados	79	
	Não Aprovados	128	
Construção Total		207	38%
Indústria	Aprovados	1002	
	Não Aprovados	949	
Indústria Total		1951	51%
Serviços	Aprovados	89	
	Não Aprovados	102	
Serviços Total		191	47%
Transportes	Aprovados	23	
	Não Aprovados	22	
Transportes Total		45	51%
Turismo	Aprovados	214	
	Não Aprovados	193	
Turismo Total		407	53%
Total Geral		3288	47%

Fonte: SIPRIME

4.1.2.2 Análise por sector de actividade económica

A análise, para os projectos apoiados no SIME A, do emprego nos promotores e do investimento global associado por sector de actividade, permite destacar os seguintes aspectos:

- Os promotores destes projectos, que registavam, à partida, 184.614 empregos, assumiram previsões sobre a criação de 28.767 novos postos de trabalho;
- O sector indústria surge, com nitidez, como a actividade mais relevante, destacando-se o seu peso relativo: 75% do investimento global a realizar através de 65% dos projectos apoiados, com 53% dos postos de trabalho a criar;
- O sector do turismo, apesar de distante da representatividade da indústria, surge, pelo seu lado, também, numa posição de relevo: 12% do investimento global a realizar através de 14% dos projectos apoiados com 15%;
- Os restantes sectores, associados a actividades de comerciais, à construção, aos serviços e aos transportes, apresentam uma posição relativamente marginal, com fraca expressão individual ao nível deste sistema de incentivos, quer em termos de número de projectos, quer em termos de investimento e respectivo incentivo. Todavia no que diz respeito à criação de postos de trabalho destaca-se o sector dos serviços, construção e comércio com posições de relevo, assumindo um peso respectivamente de 14%, 9% e 6% dos postos de trabalho a criar;
- Ao nível do incentivo destaca-se a taxa mais elevada dos sectores do comércio e transportes, explicada essencialmente pelo facto de não terem grandes empresas (caso do comércio) e de estas terem um peso relativamente baixo (caso dos transportes). Como já referido as PME têm uma taxa de incentivo mais elevada devido a majorações específicas concedidas em função da dimensão empresarial, que acrescem à taxa base de incentivo.

Quadro 13 - Análise por sector de actividade

Sector	Proj. Aprov		Invest. Total		Invest. Elegível	Incentivo			PT Criar	
	Nº	%	Montante	%		Montante	%	Tax Incentivo	Nº	%
Comércio	134	9%	180.222.362 €	3%	127.904.157 €	56.853.995 €	4%	44%	1.717	6%
Construção	79	5%	318.167.217 €	5%	182.681.111 €	60.880.121 €	4%	33%	2.732	9%
Indústria	1.002	65%	4.630.259.506 €	75%	3.705.583.324 €	1.148.280.137 €	73%	31%	15.358	53%
Serviços	89	6%	266.944.737 €	4%	165.722.665 €	54.861.632 €	3%	33%	4.168	14%
Transportes	23	1%	64.747.523 €	1%	33.477.328 €	12.429.206 €	1%	37%	593	2%
Turismo	214	14%	745.064.662 €	12%	684.642.334 €	238.960.156 €	15%	35%	4.199	15%
Total Geral	1.541	100%	6.205.406.006 €	100%	4.900.010.918 €	1.572.265.248 €	100%	32%	28.767	100%

Fonte: SIPRIME

4.1.2.3 Análise por Regiões

A análise, para os projectos apoiados no SIME A, da distribuição do número de projectos, emprego e do investimento global associado por grandes regiões permite destacar os seguintes aspectos relevantes:

- a) A região Norte surge como a região mais relevante neste sistema de incentivos, na perspectiva do peso relativo, representando 29% do investimento global a realizar através de 38% dos projectos apoiados, com 40% dos postos de trabalho a criar;
- b) A região Centro surge a seguir, em termos de relevância, representando 26% do investimento global a realizar através de 26% dos projectos apoiados, com 18% dos postos de trabalho a criar;
- c) A região de Lisboa e Vale do Tejo surge em terceiro lugar, em termos de relevância, representando 21% do investimento global a realizar através de 18% dos projectos apoiados, com 19% dos postos de trabalho a criar;
- d) As restantes regiões apresentam uma representatividade marginal no contexto do sistema de incentivos;
- e) Destaque ainda para os projectos que são realizados em mais do que uma região – Multi-regiões, mas que no entanto, se distribuídos proporcionalmente pelas regiões envolvidas ficaríamos com uma estrutura idêntica à acima descrita.

Quadro 14 - Análise por regiões

Dimensão	Proj. Aprov		Invest. Total		Invest. Elegível	Incentivo		PT Criar	
	Nº	%	Montante	%		Montante	%	Nº	%
Alentejo	69	4%	378841351,8	6%	351000968,3	113385231,3	7%	2.118	7%
Algarve	33	2%	144240057,9	2%	128.981.022 €	44711744,7	3%	859	3%
Centro	406	26%	1599239155	26%	1278877685	403963609,7	26%	5.091	18%
Lisboa e Vale do Tejo	274	18%	1318888865	21%	990.090.029 €	229786257,7	15%	5.562	19%
Norte	585	38%	1791111284	29%	1445512324	547958243,3	35%	11.375	40%
Região Autónoma Açores	52	3%	239578572,9	4%	222871222,7	76844258,48	5%	1.016	4%
Região Autónoma Madeira	51	3%	99964561,11	2%	88910874,01	39482775,39	3%	467	2%
Multiregiões	71	5%	633.542.159 €	10%	88910874,01	116.133.127 €	7%	2.279	8%
Total Geral	1.541	100%	6.205.406.006 €	100%	4.595.154.998 €	1.572.265.247 €	100%	28.767	100%

Fonte: SIPRIME

4.1.2.4 Análise por origem do capital

Neste ponto analisam-se as empresas com capital estrangeiro, sendo de destacar os seguintes aspectos:

- As empresas privadas nacionais (a 100% ou por maioria) são responsáveis por 91% dos projectos aprovados e por 76% do investimento;
- As empresas com capital estrangeiro (maioritário e minoritário) são responsáveis por 12% dos projectos apoiados e por 27% do investimento;
- A taxa de incentivo dos projectos desenvolvidos por empresas com capital estrangeiro é em média (29%) menor que a taxa média de incentivo do total do SIME –A;
- A taxa de incentivo diminui nos projectos como maiores participações de capital estrangeiro;
- A referida distribuição é influenciada pelas diferenças existentes, quer na dimensão média das empresas promotoras, quer na dimensão média dos investimentos (claramente mais elevadas nas empresas com capital estrangeiro).

Quadro 15 - Projectos desenvolvidos por empresas com capital estrangeiro

% Capital Social Estrangeiro	Proj. Aprov		Invest. Total		Invest. Elegível	Incentivo		
	Nº	%	Montante	%		Montante	%	Tax Incentivo
[0-25%]	17	9%	85.503.352 €	5%	55.869.645 €	19.092.712 €	5%	34%
[26%-50%]	32	17%	144.169.124 €	8%	119.026.290 €	34.912.930 €	8%	29%
[51%-75%]	22	12%	189.662.612 €	11%	165.395.023 €	45.851.629 €	11%	28%
[76%-100%]	120	63%	1.302.969.207 €	76%	1.088.639.375 €	318.521.201 €	76%	29%
Total Geral	191	100%	1.722.304.295 €	100%	1.428.930.332 €	418.378.472 €	100%	29%

Fonte: SIPRIME

4.1.2.5 Análise por tipologia de projecto e taxa de aprovação

Com o objectivo de analisar até que ponto se verificam diferenças significativas nos níveis de aprovação, para os diversos tipos de projectos, analisam-se, neste ponto, as taxas de aprovação e comparam-se as tipologias dos projectos aprovados e dos não aprovados, para os diferentes critérios de segmentação utilizados no SIME.

Denota-se que com a aprovação não se verifica uma mudança acentuada nas tipologias de projectos, não havendo evidência suficiente para concluir pela preferência na selecção de determinadas tipologias mais adequadas à estrutura e objectivos da medida. As tipologias

dominantes apresentam taxas de aprovação próximas da taxa alcançada para o total dos projectos.

Relativamente às tipologias dominantes de projectos constata-se que a modernização tecnológica, a reorganização dos processos produtivos e a expansão de actividades, envolvendo, na maior parte dos casos, novas instalações e novos equipamentos, são claramente predominantes, representando, em conjunto, quase 50% dos projectos aprovados.

Quadro 16 - Tipologia de projectos e taxa de aprovação

Tipologia projectos	Nº Projectos Aprov	Nº Projectos Não Aprov	Total Projectos	Tax Aprov
Certificação de Serviços	1		1	100%
Comercialização e marketing	8	5	13	62%
Contrato partilha produção e/ ou serviços entre empresa nac. e empresa internac.	1		1	100%
Criação de empresa	199	289	488	41%
Criação de empresa conjunta - joint-venture	1		1	100%
Desenvolvimento de Sistemas de Gestão da Qualidade		1	1	0%
Deslocalização	26	39	65	40%
Diferenciação de produtos/serviços	133	116	249	53%
Diversificação	42	49	91	46%
Diversificação da actividade	12	14	26	46%
Diversificação de mercados	7	6	13	54%
Diversificação de produtos/serviços	75	79	154	49%
Eficiência e protecção ambiental	11	8	19	58%
Expansão da actividade	234	307	541	43%
Implementação e certificação de outros Sistemas reconhecidos pelo IPQ		1	1	0%
Implementação e certificação de Sistemas Gestão Ambiental	2	1	3	67%
Implementação e certificação de Sistemas Gestão da Qualidade	26	6	32	81%
Implementação e certificação de Sistemas Gestão Segurança e Saúde Ocupacional	5		5	100%
Implementação e certificação de Sistemas Qualificação	3	2	5	60%
Incremento do potencial tecnológico	14	9	23	61%
Integração de actividades dispersas	1	2	3	33%
Internacionalização com Vertente Investimento e Marketing Internacional	4	1	5	80%
Introdução de novas tecnologias da informação e comunicação	42	34	76	55%
Invest. financ. directo no estrangeiro em empresas do grupo, filiais e associadas	4	3	7	57%
Invest. financ. directo no estrangeiro em outras empresas não filiais e associadas	1	1	2	50%
Invest. Marketing Internacional	12	2	14	86%
Investigação e Desenvolvimento visando a criação de novos produtos	13	3	16	81%
Investigação e Desenvolvimento visando a criação de novos serviços	2	1	3	67%
Investigação e Desenvolvimento visando a criação de novos sistemas		1	1	0%
Investigação e Desenvolvimento visando a melhoria significativa processos existentes	1		1	100%
Investigação e Desenvolvimento visando a melhoria significativa produtos existentes	1	1	2	50%
Investigação e Desenvolvimento visando a melhoria significativa serviços existentes	1		1	100%
Investimento directo estrangeiro no território nacional	8	1	9	89%
Modernização estrutural ou organizacional	367	455	822	45%
Optimização da concepção do processo básico da actividade existente	66	82	148	45%
Optimização da concepção do produto/serviço existente	71	100	171	42%
Outra	6	3	9	67%
Outras Estratégias de Internacionalização	1		1	100%
Promoção e marketing no estrangeiro	5	2	7	71%
Prospecção e presença em mercados externos	2	1	3	67%
Racionalização/Poupança energética	3		3	100%
Reconversão	15	13	28	54%
Redimensionamento (Concentração empresarial)	6	6	12	50%
Redimensionamento (Desconcentração empresarial)	4	3	7	57%
Redução de custos	10	16	26	38%
Reforço competências e sist. endógenos técnicos e eng. de produtos e processos	45	21	66	68%
Reforço dos sistemas de segurança e saúde	1	4	5	20%
Reorganização	44	56	100	44%
Valorização económica de resíduos, efluentes e desperdícios	5	3	8	63%
Total Geral	1541	1747	3288	47%

Fonte: SIPRIME

Na análise, por outro lado, da configuração do universo dos projectos apoiados pelo SIME em termos da presença das actividades associadas ao segmento da “economia baseada no conhecimento”, verifica-se que os projectos apoiados por esta medida apresentam uma importante polarização nas actividades industriais, que, no seu conjunto, concentram 63% dos projectos e 73% do investimento elegível. Isto significa que as actividades de serviços,

sejam elas de serviços avançados de carácter mais geral ou mais específico (destinados às empresas) ou de serviços mais convencionais, assumem, neste universo, uma posição fortemente minoritária, representando 30% dos projectos e 21% do investimento das actividades da “economia baseada no conhecimento”.

Quadro 17 - Projectos aprovados SIME -A - Intensidade tecnológica/conhecimento

Sector Actividade		Projectos		Invest. Elegível		Incentivo		Tax Incentivo
		Nº	%	Montante	%	Montante	%	
Sectores dos serviços	Serviços de Mercado com fraca intensidade de conhecimento	346	22%	807.407.722 €	16%	291.072.716 €	19%	36%
	Serviços de Mercado com forte intensidade de conhecimento	0	0%	0 €	0%	0 €	0%	0%
	Serviços de Alta-Tecnologia com forte intensidade de conhecimento	79	5%	130.792.319 €	3%	48.021.131 €	3%	37%
	Outros Serviços com forte intensidade de conhecimento	27	2%	55.652.652 €	1%	18.239.452 €	1%	33%
	Outros Serviços com fraca intensidade de conhecimento	5	0%	16.675.721 €	0%	5.067.929 €	0%	30%
Total serviços		457	30%	1.010.528.415 €	21%	362.401.228 €	23%	36%
Industria Transformadora	Alta Tecnologia	52	3%	505.942.209 €	10%	153.958.480 €	10%	30%
	Baixa Tecnologia	460	30%	1.425.565.033 €	29%	426.317.682 €	27%	30%
	Média-Alta Tecnologia	158	10%	500.446.969 €	10%	155.441.299 €	10%	31%
	Média-Baixa Tecnologia	306	20%	1.123.946.070 €	23%	365.429.250 €	23%	33%
Total Industria Transformadora		976	63%	3.555.900.281 €	73%	1.101.146.711 €	70%	31%
Outros sectores		108	7%	333.582.222 €	7%	108.717.308 €	7%	33%
Total Geral		1.541	100%	4.900.010.918 €	100%	1.572.265.248 €	100%	32%

Fonte: SIPRIME

4.1.4 Projectos concluídos

Por projecto concluído considera-se aquele que para além de estar realizado do ponto vista físico e financeiro, foi já alvo de avaliação de desempenho.

O regulamento do SIME-A² prevê uma avaliação de desempenho do projecto, no ano cruzeiro (ano normal de laboração referenciado pelo promotor, o qual não pode exceder o terceiro exercício económico completo após a conclusão do investimento), e em função dessa avaliação é atribuído um Prémio de Realização que consiste na conversão parcial do incentivo reembolsável em não reembolsável.

² Regulamento publicado pela Portaria nº 687/2000 de 31 de Agosto

Para efeitos de avaliação da concessão do Prémio de Realização³, é calculado um indicador sintético do Grau de cumprimento do contrato (Gcc), com base nos valores propostos pelo promotor, aquando da formalização da candidatura, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Gcc = 0,30(x1/x'1) + 0,70(x'2/x2)$$

em que:

- x1 - é o prazo, em meses, proposto pelo promotor para realização do projecto;
- x'1 - é o prazo efectivo, medido à data da conclusão do investimento;
- x2 - corresponde ao valor do critério B – “Impacte do projecto na competitividade” da empresa, previsto no cenário projectado pelo promotor na candidatura;
- x'2 - é o valor efectivo do critério B, medido com base nos dados reportados a 31 de Dezembro do ano cruzeiro.

O Prémio de Realização é atribuído se o valor do Gcc for superior a 90%, admitindo-se desta forma um desvio face ao projectado em candidatura de 10%.

Atribuição do Prémio de Realização é também um indicador de que os objectivos do próprio sistema de incentivos foram cumpridos, tendo presente a boa execução dos projectos a dois níveis: a sua execução nos prazos previstos e o impacto dos projectos na produtividade/competitividade da empresa. Este último aspecto apresenta uma ponderação maior (70%) que o primeiro, reflectindo, assim, o objectivo principal do sistema de incentivos, ou seja, o aumento da produtividade das empresas.

Salienta-se que os projectos do chamado regime contratual estão sujeitos a um processo negocial específico quanto ao incentivo concedido, em contrapartida da obtenção de metas económicas e obrigações adicionais. Essas metas económicas são constituídas por um conjunto de indicadores que são também utilizados para calcular o Gcc, para estes projectos. Nestes processos para além do indicador VAB, incluem ainda, outros como sejam a criação ou manutenção de emprego, volume de vendas, prazo de execução.

³ o Despacho n° 25838 do Ministro da Economia define os indicadores de avaliação: VAB, critério B e ano cruzeiro.

Vamos agora começar por observar os projectos que, à data do último ponto de situação efectuado a partir da base de dados SIPRIME, se encontravam concluídos e tinham dados relativamente à avaliação de desempenho.

Verificámos que a 1 de Setembro de 2008 estavam avaliados 596 dos 1.541 projectos aprovados no SIME-A, o que representa uma amostra de 39% do total de projectos. É pois com base nos dados disponíveis para estes projectos que vamos tirar conclusões sobre o impacto que os mesmos tiveram na produtividade das empresas.

Esta amostra apresenta uma estrutura muito idêntica ao universo total de projectos aprovados, quando comparamos, em termos de dimensão da empresa, os projectos aprovados (Quadro 9) com os projectos que dispõem de dados sobre a avaliação de desempenho (Quadro 18).

Quadro 18 - Projectos com dados sobre avaliação de desempenho

Dimensão	Total Geral				Project Prémio Aprovado		
	Nº	%	Montante Prémio	%	Nº	Montante	Tax Atrib
Micro empresa	12	2%	2.543.771 €	1%	11	2.370.121 €	92%
Pequena empresa	218	37%	59.056.129 €	19%	181	50.978.566 €	83%
Média empresa	197	33%	59.950.027 €	19%	161	49.412.116 €	82%
Não PME	169	28%	186.460.611 €	61%	116	162.008.235 €	69%
Total Geral	596	100%	308.010.538 €	100%	469	264.769.037 €	79%

Fonte: SIPRIME

Observa-se uma taxa de atribuição do Prémio de Realização foi de 79% para o total dos projectos em análise. Desta forma 469 projectos obtiveram a atribuição do Prémio de Realização, sendo que através deste mecanismo cerca de 265 milhões de euros de passaram de incentivo reembolsável a não reembolsável. Salienta-se que esta taxa é superior para o caso das PME, com particular destaque para as micro empresas, e no caso das não PME a taxa de atribuição de prémio é inferior à média.

A nível sectorial verifica-se que o turismo regista uma taxa de atribuição mais baixa do que a média, ao contrário de sectores como o comércio e construção que registam taxa de atribuição de prémio muito mais elevadas.

Quadro 19 - Atribuição prémio - Análise por sector de actividade

Sector	Prémio Realização		Total Geral	Tax Aprov
	Atribuido	Não Atribuido		
Comércio	40	5	45	89%
Construção	27	2	29	93%
Indústria	323	76	399	81%
Serviços	18	4	22	82%
Transportes	6	1	7	86%
Turismo	55	39	94	59%
Total Geral	469	127	596	79%

Fonte: SIPRIME

5 METODOLOGIA A UTILIZAR

O estudo de avaliação de Augusto Mateus & Associados (2006) para quantificar o efeito global do PRIME sobre a produtividade construiu cenários para chegar a uma estimativa da evolução da produtividade média aparente do trabalho no conjunto dos promotores com informação completa e coerente nos respectivos “dossiers” de projecto.

Contudo, essa avaliação não deixou de ser uma estimativa, por utilizar dados previsionais existentes nos “dossiers” de candidatura que fazem parte dos cenários de evolução definidos pelos promotores.

Pretende-se aqui usar o mesmo método de cálculo mas com dados reais e não fazendo uma projecção ou baseando os cálculos nas projecções feitas pelos promotores nas candidaturas. Já vimos que cerca de 21% dos projectos não chegam a atingir (mesmo considerando um desvio de 10%) os objectivos a que propuseram, pelo que a partir de uma amostra recolhida com uma dimensão adequada é propósito deste estudo efectuar uma avaliação baseada em dados reais e retirar conclusões sobre a evolução da produtividade das empresas beneficiárias dos incentivos públicos concedidos pelo SIME-A.

A questão de obter uma amostra com dimensão adequada foi o factor que mais condicionou temporariamente a realização do presente estudo, dado que os projectos só

agora começam a ter dados relativos ao ano cruzeiro registados em SIPRIME, o que é condição necessária para proceder a esta avaliação.

Por outro lado, o SIME atribui a notação de projecto de sucesso a projectos que alcancem o Prémio de Realização. No entanto, a metodologia de cálculo do indicador Gcc para atribuir o Prémio de Realização entra com variáveis, ainda que numa proporção menor (30%), que pouco têm a ver com o objectivo principal do sistema de incentivos SIME, o qual consiste no incremento da produtividade. A este respeito há ainda a ter em conta a circunstância de existirem projectos do chamado regime contratual, que têm na avaliação do Gcc variáveis diferentes das aplicadas no regime geral.

Desta feita o que se pretende neste trabalho é observar os projectos concluídos e avaliar de que forma estes contribuíram directamente para o aumento da produtividade das empresas que viram os seus projectos aprovados e receberam incentivos estatais para levarem a cabo os seus investimentos.

Uma segunda preocupação é testar se os projectos que receberam Prémio de Realização e por isso considerados projectos de sucesso, registaram acréscimos de produtividade.

Actualmente a base de dados SIPRIME dispõe já de dados que permitiram fazer avaliações e visualizar a atribuição ou não do Prémios de Realização, mas apenas para projectos do SIME-A, dado que para os restantes sistemas de incentivos os projectos ainda não têm dados sobre o “ano cruzeiro”.

Partindo dessa base de dados respeitante a 596 projectos do SIME-A e utilizando o referenciado no estudo Augusto Mateus & Associados (2006) vamos quantificar os efeitos sobre a produtividade nas empresas com projectos concluídos.

A quantificação dos efeitos sobre a produtividade parte da evolução do Valor Acrescentado Bruto - VAB e do emprego, entre o “ano pré-projecto” e o “ano cruzeiro”, para chegar a uma caracterização da evolução da produtividade média aparente do trabalho no conjunto dos projectos, é calculada através da seguinte forma:

$$\Delta PM = \left(\frac{\frac{\sum_{i=1}^n VABi_{cruzeiro}}{\sum_{i=1}^n Ei_{cruzeiro}}}{\frac{\sum_{i=1}^n VABi_{pré-projecto}}{\sum_{i=1}^n Ei_{pré-projecto}}} - 1 \right)$$

em que, ΔPM é a variação da produtividade média aparente do trabalho, VAB é o valor acrescentado bruto, E é o emprego, e o índice i identifica os diferentes projectos.

A média de anos entre o “ano pré-projecto” e o “ano cruzeiro” é de 4,25, tendo-se utilizado 4 anos para o cálculo da taxa média de crescimento anual da produtividade.

Por outro lado, utiliza-se um outro método que pode ser descrito como uma *proxy* da eficiência produtiva associada ao incentivo, através da construção de uma relação ente o valor acrescentado bruto VAB por unidade de incentivo, calculado da seguinte forma:

$$EP = \frac{\left(\sum_{i=1}^n VABi_{cruzeiro} - \sum_{i=1}^n VABi_{pré-projecto} \right)}{\sum_{i=1}^n Ii}$$

em que, EP é o indicador de eficiência produtiva, VAB é o valor acrescentado bruto, I é o incentivo total, e o índice i identifica os diferentes projectos.

Em suma, vamos, após a caracterização das candidaturas entradas e dos projectos aprovados, proceder à avaliação da evolução da produtividade nos projectos concluídos, tendo por base estes os dois métodos seguintes:

- 1) Produtividade média aparente do trabalho;
- 2) Eficiência produtiva associada ao incentivo.

6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS

Após caracterização prévia das dinâmicas de procura e uma caracterização do universo dos projectos apoiados, procura-se, neste ponto, avaliar a dimensão quantitativa e qualitativa alcançada pelo SIME-A, recorrendo, aos dois métodos identificados no ponto anterior.

6.1 AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE MÉDIA APARENTE DO TRABALHO

Tendo como base de análise os projectos concluídos (596 projectos) procedeu-se ao calculo da produtividade aparente do trabalho, observando-se que o resultado revela que as empresas apoiadas pelo SIME-A registaram um ganho global em termos de produtividade aparente do trabalho, entre o “ano base” e o “ano cruzeiro”, na ordem dos 15,88%.

Quadro 20 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Todos os projectos concluído

Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
VAB (preços correntes)	2.474.617.662 €	3.578.950.043 €	44,63%	9,7%
Emprego	79.912	99.740	24,81%	5,7%
Produtividade (€ por trabalhador)	30.967 €	35.883 €	15,88%	3,8%

Fonte: SIPRIME

Este resultado situa-se acima do observado no relatório de avaliação Augusto Mateus & Associados (2006), no qual se registou um ganho global em termos de produtividade aparente do trabalho na ordem dos 13,31%, com base em dados previsionais e para o conjunto dos projectos do PRIME.

Aplicando este método agora apenas aos projectos (469 projectos) que mereceram a notação de projecto de sucesso, ou seja, que receberam Prémio de Realização, dado terem atingido no mínimo a 90% os objectivos a que se propuseram, os resultados em termos de produtividade melhoram substancialmente.

Quadro 21 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Projectos com Prémio Realização

Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	51,45%	10,9%
Emprego	57.690	74.345	28,87%	6,5%
Produtividade (€ por trabalhador)	35.302 €	41.488 €	17,52%	4,1%

Fonte: SIPRIME

Constata-se, assim, um acréscimo global em termos de produtividade aparente do trabalho, passando a variação global para 17,52%. Este facto reforça a conclusão sobre o alinhamento dos critérios de atribuição do Prémio de Realização com o objectivo principal do sistema de incentivo que consiste no incremento da produtividade.

Conclui-se, desta forma, que retirando os cerca de 21% de projectos que não lograram atingir os objectivos, se regista uma taxa média anual de crescimento da produtividade, entre o “ano base” e o “ano cruzeiro”, na ordem dos 4,1%.

Mas os resultados sobre a produtividade seriam ainda melhorados nesta análise se fossem excluídos 12 projectos, que apesar de terem tido Prémio de Realização apresentam uma variação negativa no VAB entre o ano pré-projecto e o ano cruzeiro. Ou seja, excluindo esses projectos teríamos um acréscimo global na produtividade de 32,4%, representando uma taxa de crescimento média anual de 7,3%.

Mas a questão que se coloca é a de saber o porquê da atribuição de Prémio de Realização a Projectos que registaram uma variação negativa no VAB, com a implementação do projecto. Aparentemente esta situação parece ser inconsistente com o principal objectivo do sistema de incentivos, mas é justificada pelas seguintes razões:

- a) 7 dos projectos em causa estão incluídos no regime contratual de investimento. São grandes projectos apresentados por grandes empresas, que se revelam de especial interesse para a economia nacional, e que são sujeitos a um processo negocial específico quanto ao incentivo concedido, em contrapartida da obtenção de metas económicas e obrigações adicionais. Essas metas económicas são constituídas por um conjunto de factores, os quais são utilizados na avaliação do Gcc, e que para além de variáveis como o VAB, incluem ainda outras como sejam a criação ou manutenção de emprego, volume de vendas, prazo de execução, entre outras. Desta forma, a formula de cálculo

dos objectivos, como é diluída por esse conjunto de factores, pode resultar que numa apreciação isolada sobre a evolução da produtividade se chegue a conclusões menos desejáveis;

- b) Os restantes 5 projectos com variações negativas menos significativas ou marginais, obtêm explicação dado que o Gcc inclui também a variável prazo de execução dos projectos, e também devido ao facto de se atribuir o Prémio mesmo com desvio de 10% em relação aos objectivos fixados.

Quadro 22 - Projectos com evolução de VAB negativa

Nº Proj.	Pré Proj.- VAB	Cruzeiro - VAB	Diferença VAB	Incentivo	Gcc	Valor Prémio	Dimensão	Sector
00/06287	1.511.827 €	1.502.369 €	-9.458 €	396.404 €	110,5	161.479 €	Média empresa	Indústria
00/06468	1.656.877 €	1.463.995 €	-192.882 €	228.580 €	93,51	83.004 €	Média empresa	Comércio
00/06578 (*)	29.424.667 €	26.377.873 €	-3.046.794 €	2.704.577 €	165,76	663.232 €	Não PME	Indústria
00/07151 (*)	217.421.070 €	197.028.400 €	-20.392.670 €	15.723.262 €	95,77	5.423.084 €	Não PME	Indústria
00/07465	1.327.186 €	959.240 €	-367.946 €	622.164 €	90,33	256.024 €	Média empresa	Comércio
00/07704 (*)	137.225.851 €	96.313.276 €	-40.912.575 €	15.142.633 €	141,32	7.228.659 €	Não PME	Indústria
00/09779	730.215 €	711.681 €	-18.534 €	260.518 €	93	143.498 €	Média empresa	Indústria
00/13047 (*)	20.169.374 €	1.212.744 €	-18.956.630 €	797.423 €	91,43	356.621 €	Não PME	Turismo
33/00379	7.530.995 €	6.192.419 €	-1.338.576 €	1.009.870 €	173,86	136.875 €	Não PME	Indústria
33/00382 (*)	6.174.822 €	4.944.049 €	-1.230.773 €	2.523.438 €	95,78	727.031 €	Não PME	Indústria
43/00883 (*)	35.255.780 €	33.971.250 €	-1.284.530 €	3.339.944 €	98,7	1.123.269 €	Não PME	Indústria
80/00449 (*)	25.029.578 €	18.997.312 €	-6.032.266 €	2.041.965 €	95,89	481.121 €	Não PME	Indústria
Total	483.458.242 €	389.674.608 €	-93.783.634 €	44.790.779 €		16.783.898 €		

Fonte: SIPRIME

(*) Projectos contratuais

Não obstante o referido optamos por não excluir da nossa análise estes 12 projectos. Eles poderiam ter sido excluídos do grupo de projectos com sucesso mas tal não seria consistente com a notação que lhes foi dada em termos de avaliação de desempenho no SIME - A, e como tal, optamos pela sua manutenção no universos dos projectos de sucesso. Contudo esta notação, nomeadamente nos projectos de regime contratual, revela um mau desempenho na negociação das contrapartidas de negociação por parte do Estado. Isto se analisar-mos os resultados na óptica da evolução da produtividade.

6.1.4 Efeitos sobre a produtividade – Análise por dimensão empresa

Numa análise de efeitos, tendo por base a dimensão de empresa, recolhemos as seguintes conclusões:

- a) Em termos absolutos as grandes empresas contribuíram com uma maior fatia de VAB, obtendo no ano cruzeiro cerca de 2,3 mil milhões, o que representa 77% do total;
- b) As PME registaram uma taxa global de variação da produtividade média de 47,58% o que é substancialmente superior quando comparada com a taxa de 12,97% registadas nas grandes empresas;
- c) Destaca-se a maior visibilidade em termos de evolução de produtividade na dimensão pequenas empresas e nas médias, respectivamente com variações globais médias de 59,11% e de 45,57%;
- d) O desempenho mais modesto registado pelas grandes empresa é também motivado pelo referido no quadro 22.

Quadro 23 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Por dimensão empresa

Dimensão	Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
1	Micro empresa	VAB (preços correntes)	1.700.946 €	5.328.941 €	213,29%
		Emprego	56	150	167,86%
		Produtividade (€ por trabalhador)	30.374 €	35.526 €	16,96%
2	Pequena empresa	VAB (preços correntes)	69.550.372 €	188.453.836 €	170,96%
		Emprego	4.047	6.892	70,30%
		Produtividade (€ por trabalhador)	17.186 €	27.344 €	59,11%
3	Média empresa	VAB (preços correntes)	268.650.094 €	504.812.623 €	87,91%
		Emprego	13.040	16.833	29,09%
		Produtividade (€ por trabalhador)	20.602 €	29.989 €	45,57%
4	Não PME	VAB (preços correntes)	1.696.662.158 €	2.385.823.226 €	40,62%
		Emprego	40.547	50.470	24,47%
		Produtividade (€ por trabalhador)	41.844 €	47.272 €	12,97%
5	Total PME (1+2+3)	VAB (preços correntes)	339.901.412 €	698.595.400 €	105,53%
		Emprego	17.143	23.875	39,27%
		Produtividade (€ por trabalhador)	19.827 €	29.261 €	47,58%
6	Total Geral (5+4)	VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	51,45%
		Emprego	57.690	74.345	28,87%
		Produtividade (€ por trabalhador)	35.302 €	41.488 €	17,52%

Fonte: SIPRIME

6.1.4 Efeitos sobre a produtividade – Análise sectorial

Em termos sectoriais destacamos o bom desempenho dos sectores do comércio, transportes e turismo. A indústria, sector com maior representatividade em termos de projectos e de investimento, acabou por situar-se muito próximo da média global.

Adicionalmente, sublinha-se o desempenho negativo do sector dos serviços, justificado não pela variação negativa da variável VAB, que registou um acréscimo de 131,8%, mas antes por um acréscimo considerável no número de trabalhadores, 232,6%.

Quadro 24 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Por SECTOR

Sector	Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Varição Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
Comércio	VAB (preços correntes)	37.779.023 €	91.429.932 €	142,01%	24,7%
	Emprego	1.588	2.589	63,04%	13,0%
	Produtividade (€ por trabalhador)	23.790 €	35.315 €	48,44%	10,4%
Construção	VAB (preços correntes)	177.789.630 €	295.465.992 €	66,19%	13,5%
	Emprego	5.864	7.243	23,52%	5,4%
	Produtividade (€ por trabalhador)	30.319	40.793	34,55%	7,7%
Indústria	VAB (preços correntes)	1.719.037.842 €	2.502.388.135 €	45,57%	9,8%
	Emprego	42.871	53.408	24,58%	5,6%
	Produtividade (€ por trabalhador)	40.098 €	46.854 €	16,85%	4,0%
Serviços	VAB (preços correntes)	30.645.261 €	71.062.023 €	131,89%	23,4%
	Emprego	954	3.173	232,60%	35,0%
	Produtividade (€ por trabalhador)	32.123 €	22.396 €	-30,28%	-8,6%
Transportes	VAB (preços correntes)	9.211.103 €	18.689.257 €	102,90%	19,3%
	Emprego	496	682	37,50%	8,3%
	Produtividade (€ por trabalhador)	18.571 €	27.404 €	47,56%	10,2%
Turismo	VAB (preços correntes)	62.100.711 €	105.383.287 €	69,70%	14,1%
	Emprego	5.917	7.250	22,53%	5,2%
	Produtividade (€ por trabalhador)	10.495 €	14.536 €	38,50%	8,5%
Total Geral	VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	51,45%	10,9%
	Emprego	57.690	74.345	28,87%	6,5%
	Produtividade (€ por trabalhador)	35.302 €	41.488 €	17,52%	4,1%

Fonte: SIPRIME

A análise, por outro lado, em termos da presença das actividades associadas ao segmento da “economia baseada no conhecimento” conduz às indicações:

- As actividades industriais de “Média-baixa Tecnologia” e “Alta Tecnologia” sendo aquelas que representa, no seu conjunto, maior contributo em termos de VAB, registaram no período em análise, um fraco desempenho em termos de evolução de produtividade;
- Os serviços de “alta-tecnologia com forte intensidade de conhecimento”, mostraram uma evolução negativa em termos de produtividade, sendo que nesta actividade o que veio a verificar-se foi que os emprego aumento mais do que o VAB;
- Apesar de deterem fraca representatividade os “Outros Serviços com forte intensidade de conhecimento” observaram a maior taxa de desempenho neste análise, 191% de variação global na produtividade média;
- As actividades industriais de “Média-Alta Tecnologia”, de “Média-Baixa Tecnologia” e os “Outros sectores”, apresentam taxas de evolução da produtividade, acima da média, respectivamente de 31%, 29% e 51%.

Quadro 25 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Sectores - Intensidade Tecnológica/Conhecimento

Sectores - Intensidade Tecnológica/Conhecimento	Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
Indústria Transformadora - Alta Tecnologia	VAB (preços correntes)	292.807.915 €	405.958.603 €	38,64%	8,5%
	Emprego	8.304	11.088	33,53%	7,5%
	Produtividade (€ por trabalhador)	35.261 €	36.612 €	3,83%	0,9%
Indústria Transformadora - Baixa Tecnologia	VAB (preços correntes)	337.998.856 €	524.527.145 €	55,19%	11,6%
	Emprego	13.532	16.234	19,97%	4,7%
	Produtividade (€ por trabalhador)	24.978	32.310	29,36%	6,6%
Indústria Transformadora - Média-Alta Tecnologia	VAB (preços correntes)	301.300.457 €	509.450.019 €	69,08%	14,0%
	Emprego	7.277	9.385	28,97%	6,6%
	Produtividade (€ por trabalhador)	41.404 €	54.283 €	31,11%	7,0%
Indústria Transformadora - Média-Baixa Tecnologia	VAB (preços correntes)	719.738.483 €	911.215.320 €	26,60%	6,1%
	Emprego	12.533	15.369	22,63%	5,2%
	Produtividade (€ por trabalhador)	57.427 €	59.289 €	3,24%	0,8%
Outros sectores	VAB (preços correntes)	244.981.762 €	449.712.829 €	83,57%	16,4%
	Emprego	7.089	8.601	21,33%	5,0%
	Produtividade (€ por trabalhador)	34.558 €	52.286 €	51,30%	10,9%
Outros Serviços com forte intensidade de conhecimento	VAB (preços correntes)	1.759.562 €	6.146.480 €	249,32%	36,7%
	Emprego	187	224	19,79%	4,6%
	Produtividade (€ por trabalhador)	9.409 €	27.440 €	191,62%	30,7%
Serviços de Alta-Tecnologia com forte intensidade de conhecimento	VAB (preços correntes)	30.645.261 €	68.052.233 €	122,06%	22,1%
	Emprego	954	3.147	229,87%	34,8%
	Produtividade (€ por trabalhador)	32.123 €	21.624 €	-32,68%	-9,4%
Serviços de Mercado com fraca intensidade de conhecimento	VAB (preços correntes)	107.331.274 €	209.355.996 €	95,06%	18,2%
	Emprego	7.814	10.297	31,78%	7,1%
	Produtividade (€ por trabalhador)	13.736 €	20.332 €	48,02%	10,3%
Total Geral	VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	51,45%	10,9%
	Emprego	57.690	74.345	28,87%	6,5%
	Produtividade (€ por trabalhador)	35.302 €	41.488 €	17,52%	4,1%

Fonte: SIPRIME

6.1.4 Efeitos sobre a produtividade – Análise regional

Ao nível regional os projectos de sucesso mostraram o seguinte desempenho em termos de produtividade média:

- Pela negativa destaca-se a região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual por força de uma evolução mais acentuada do emprego, regista uma evolução negativa da produtividade média;
- Por outro lado, a região do Algarve, não obstante a sua fraca representatividade, apresenta uma elevada taxa de crescimento da produtividade, 146%;
- A região com maior peso em termos de VAB, é o Norte e apresentou uma variação global da produtividade média no período de cerca de 29%.

Quadro 26 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Por Região

Região	Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
Alentejo	VAB (preços correntes)	142.651.561 €	268.252.245 €	88,05%	17,1%
	Emprego	4.342	5.106	17,60%	4,1%
	Produtividade (€ por trabalhador)	32.854 €	52.537 €	59,91%	12,5%
Algarve	VAB (preços correntes)	3.015.927 €	9.351.685 €	210,08%	32,7%
	Emprego	900	1.133	25,89%	5,9%
	Produtividade (€ por trabalhador)	3.351	8.254	146,31%	25,3%
Centro	VAB (preços correntes)	284.650.092 €	513.906.442 €	80,54%	15,9%
	Emprego	10.566	13.825	30,84%	7,0%
	Produtividade (€ por trabalhador)	26.940 €	37.172 €	37,98%	8,4%
Lisboa e Vale do Tejo	VAB (preços correntes)	517.242.638 €	703.200.464 €	35,95%	8,0%
	Emprego	10.225	14.616	42,94%	9,3%
	Produtividade (€ por trabalhador)	50.586 €	48.112 €	-4,89%	-1,2%
Multiregiões	VAB (preços correntes)	501.224.446 €	610.082.926 €	21,72%	5,0%
	Emprego	8.879	10.530	18,59%	4,4%
	Produtividade (€ por trabalhador)	56.451 €	57.938 €	2,63%	0,7%
Norte	VAB (preços correntes)	543.319.707 €	894.121.904 €	64,57%	13,3%
	Emprego	21.054	26.922	27,87%	6,3%
	Produtividade (€ por trabalhador)	25.806 €	33.212 €	28,70%	6,5%
Madeira	VAB (preços correntes)	16.638.711 €	31.623.306 €	90,06%	17,4%
	Emprego	550	652	18,55%	4,3%
	Produtividade (€ por trabalhador)	30.252 €	48.502 €	60,33%	12,5%
Açores	VAB (preços correntes)	27.820.488 €	53.879.653 €	93,67%	18,0%
	Emprego	1.174	1.561	32,96%	7,4%
	Produtividade (€ por trabalhador)	23.697 €	34.516 €	45,65%	9,9%
Total Geral	VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	51,45%	10,9%
	Emprego	57.690	74.345	28,87%	6,5%
	Produtividade (€ por trabalhador)	35.302 €	41.488 €	17,52%	4,1%

Fonte: SIPRIME

6.1.4 Efeitos sobre a produtividade – Tipologia de projectos

Em relação à tipologia de projectos verifica-se que a modernização estrutural ou organizacional, sendo a tipologia que maior peso tem, quer em número de projectos, quer em termos de peso no VAB, apresenta um fraco desempenho em termos de produtividade.

De entre as tipologias com mais projectos no SIME - A destaca-se o bom desempenho dos projectos da tipologia expansão de actividade, apresentando um ganho global em termos de produtividade de 42%.

Quadro 27 - Efeitos sobre a produtividade - Evolução "ano Pré-projecto" e o "Ano cruzeiro" - Tipologias de projectos

Tipologia de projectos	Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
Expansão da actividade	VAB (preços correntes)	254.884.914 €	528.701.331 €	107,43%	20,0%
	Emprego	12.785	18.674	46,06%	9,9%
	Produtividade (€ por trabalhador)	19.936 €	28.312 €	42,01%	9,2%
Modernização estrutural ou organizacional	VAB (preços correntes)	859.706.974 €	1.081.050.334 €	25,75%	5,9%
	Emprego	22.978	27.707	20,58%	4,8%
	Produtividade (€ por trabalhador)	37.414	39.017	4,28%	1,1%
Optimização da concepção do processo básico da actividade existente	VAB (preços correntes)	71.708.287 €	107.729.872 €	50,23%	10,7%
	Emprego	1.674	2.234	33,45%	7,5%
	Produtividade (€ por trabalhador)	42.836 €	48.223 €	12,57%	3,0%
Restantes Tipologias	VAB (preços correntes)	850.263.395 €	1.366.937.088 €	60,77%	12,6%
	Emprego	20.253	25.730	27,04%	6,2%
	Produtividade (€ por trabalhador)	41.982 €	53.126 €	26,54%	6,1%
Total Geral	VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	51,45%	10,9%
	Emprego	57.690	74.345	28,87%	6,5%
	Produtividade (€ por trabalhador)	35.302 €	41.488 €	17,52%	4,1%

Fonte: SIPRIME

6.2 EFICIÊNCIA PRODUTIVA ASSOCIADA AO INCENTIVO.

Vamos agora analisar os projectos concluídos (596 projectos), através do método acima identificado com “Eficiência Produtiva”, o qual consiste numa proxy da eficiência produtiva associada ao incentivo. Desta forma, utilizando um rácio entre o variação do VAB, registado entre o ano pré-projecto e o ano cruzeiro, e o incentivo concedido conclui-se que, em termos globais, 1 unidade de incentivo gerou no período 1,49 unidades de VAB.

Quadro 28 - Eficiência produtiva - - Todos os projectos concluídos

Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global	Incentivo
VAB (preços correntes)	2.474.617.662 €	3.578.950.043 €	1.104.332.381 €	
Incentivo				743.427.847 €
Eficiência Produtiva (unidades de VAB por uma 1 de incentivo)				1,49

Fonte: SIPRIME

Aplicando este método agora apenas aos 469 projectos que mereceram a notação de projecto de sucesso, ou seja, que receberam Prémio de Realização, dado terem atingido no mínimo a 90% os objectivos a que se propuseram, os resultados em termos de eficiência produtiva melhoram substancialmente.

Quadro 29 - Eficiência produtiva - Projectos com Prémio Realização

Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global	Incentivo
VAB (preços correntes)	2.036.563.570 €	3.084.418.625 €	1.047.855.055 €	
Incentivo				625.744.986 €
Eficiência Produtiva (unidades de VAB por uma 1 de incentivo)				1,67

Fonte: SIPRIME

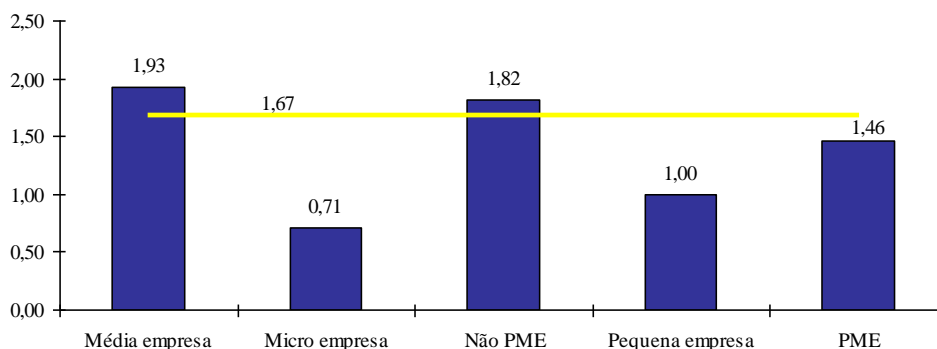
No conjunto destes projectos observa-se que 1 unidade de incentivo gerou 1,67 unidades de VAB.

6.2.4 Eficiência Produtiva – Análise por dimensão empresa

Numa análise da eficiência produtiva, tendo por base a dimensão de empresa, recolhemos as seguintes conclusões:

- O escalão dimensional mais eficiente é o das médias empresas, que por unidade de incentivo geraram 1,93 unidades de VAB;
- As PME, no seu conjunto apresentam uma eficiência produtiva abaixo da do valor obtido para a totalidade dos projectos;
- As não PME são as que mais contribuem no acréscimo de VAB, 66% do acréscimo de VAB provém de não PME, seguindo-se as médias empresas com 23%;
- As Micro empresas, que contribuem apenas com 0,3% do acréscimo de VAB, registaram o pior desempenho nesta análise, por cada unidade de incentivo geraram 0,7 unidades de VAB.

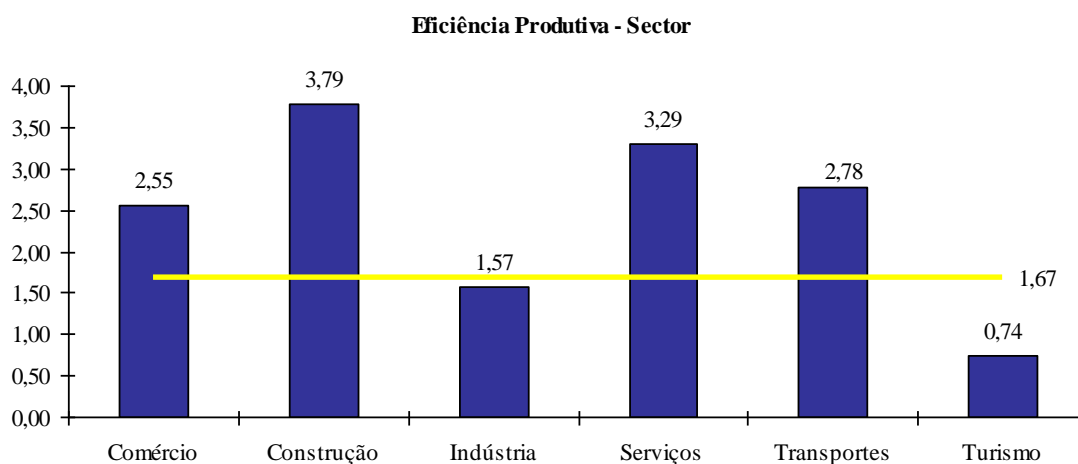
Eficiência Produtiva - Dimensão da Empresa



6.2.4 Eficiência Produtiva – Análise sectorial

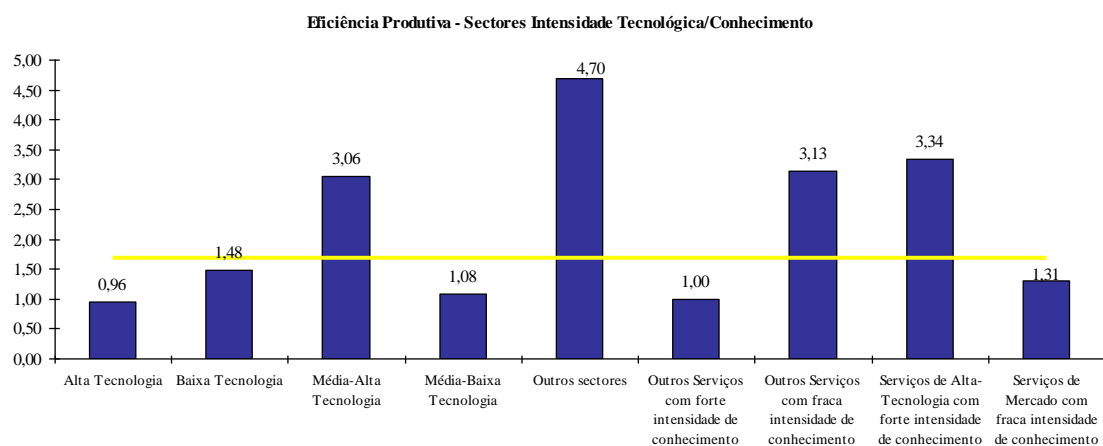
Na análise da eficiência produtiva ao nível sectorial, retiram-se as seguintes conclusões:

- O sector da indústria é o que mais peso têm em termos de VAB e de incentivo atribuído. Este sector recebeu 80% do incentivo e contribuiu para um acréscimo de VAB de cerca de 75%. Em termos de eficiência produtiva situa-se muito próximo do valor global, com uma unidade de incentivo a gerar 1,57 unidades de VAB;
- Nos restantes sectores destaca-se pela positiva o sector da construção, que em termos de VAB representa cerca de 11% do total e com apenas 5% do incentivo total atribuído, apresentando a maior taxa de eficiência, ao obter 3,79 unidades de VAB por cada unidade de incentivo;
- Os sectores comércio, serviços e transportes, apresentam um desempenho satisfatório e muito acima da média, embora com pesos marginais em termos de representatividade no contributo do VAB, respectivamente de 5,1%, 3,9% e 0,9%;
- O sector turismo foi o único que demonstra uma eficiência negativa, ou seja, o VAB gerado não repõe o montante de incentivo que lhe foi atribuído. Este sector recebeu 9,3% do incentivo e gerou apenas 4,1% do VAB.



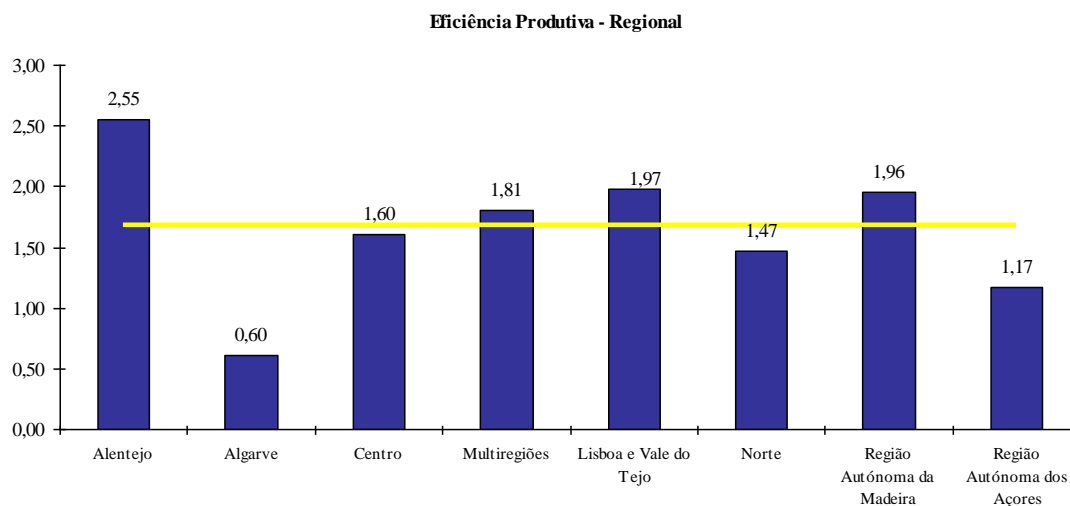
A análise, por outro lado, em termos da presença das actividades associadas ao segmento da “economia baseada no conhecimento” conduz às seguintes indicações:

- a) Os “Outros Sectores”, não integrados nos sectores de intensidade tecnológica e ou conhecimento, contribuem com uma fatia de 19% do VAB, tendo recebido cerca de 7% do incentivo. Assim, em termos de eficiência apresentam o maior índice, ou seja, 4,7 unidades de VAB geradas por cada unidade de incentivo;
- b) A actividade industrial de “Média–Alta Tecnologia”, contribui para o VAB com uma fatia de 20% e recebeu cerca de 11% do incentivo. Em termos de eficiência produtiva foi a que demonstrou a segunda maior performance, gerando 3,06 unidades de VAB por cada unidade de incentivo;
- c) Dos sectores que se situaram abaixo valor global destaca-se pela negativa o sector alta Tecnologia. Recebendo cerca de 19% do incentivo global atribuído, este sector apenas contribuiu com 11% para o VAB, obtendo assim uma eficiência negativa - por cada unidade de incentivo concedida gerou cerca de 0,96 unidades de VAB.
- d) Os “Serviços com fraca intensidade de conhecimento” e “Serviços de Alta-Tecnologia com forte intensidade de conhecimento”, embora com fraca representatividade em termos de projectos, apresentaram um bom desempenho no ponto de vista de eficiência produtiva.



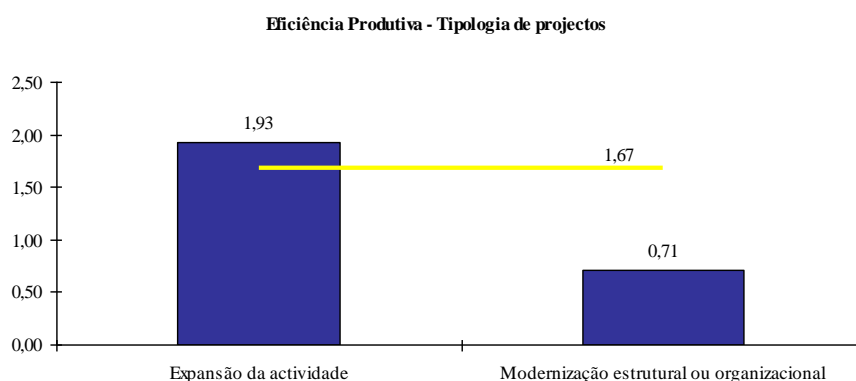
6.2.3 - Eficiência Produtiva – Análise regional

Em termos de análise regional os extremos são a região do Alentejo, gerando cerca de 2,55 unidade de VAB por cada unidade de incentivo, e a região do Algarve como 0,6 unidades de VAB por cada unidade de incentivo.



6.2.4 Eficiência Produtiva – Tipologia de projectos

Em relação à tipologia de projectos verifica-se que a Modernização estrutural ou organizacional, sendo a tipologia que maior peso tem em número de projectos (25%) e segunda maior (antecedida pela tipologia “expansão de actividade”) em termos de peso no VAB (21%), apresenta um fraco desempenho em termos eficiência produtiva.



6.3 PROJECTOS CONCLUÍDOS SEM PRÉMIO DE REALIZAÇÃO

Dos 596 projectos concluídos, 127 não atingiram os objectivos a que se propuseram e consequentemente não lhes foi atribuído Premio de Realização. Esta circunstância reflecte uma taxa de insucesso nos projectos concluídos de 21%, o que não poderá ser considerado excessiva dada a conjuntura económica do período em que decorreu a implementação dos projectos, principalmente no período após 2001.

Analizando agora, através dos dois métodos anteriores, a evolução da produtividade para estes projectos, concluímos:

- a) Estes projectos registram uma evolução negativa em termos de produtividade. Apesar de terem recebido 117.682.860 € de incentivos com a finalidade de se tornarem mais competitivos, esse objectivo acabou por não se verificar;

Quadro 35 - Efeitos sobre a produtividade - Projectos sem Prémio Realização

Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global (%)	Taxa Média Cresc. Anual (%)
VAB (preços correntes)	438.054.092 €	494.531.417 €	12,89%	3,1%
Emprego	22.328	25.504	14,22%	3,4%
Produtividade (€ por trabalh	19.619 €	19.390 €	-1,17%	-0,3%

Fonte: SIPRIME

- b) Estes projectos, por outro lado, registaram uma grande ineficiência em termos produtivos. Por cada unidade de incentivo recebida geraram apenas 0,48 unidades de VAB.

Quadro 36 - Eficiência produtiva - Projectos sem Prémio Realização

Indicadores	Ano Pré-Projecto	Ano Cruzeiro	Variação Global	Incentivo
VAB (preços correntes)	438.054.092 €	494.531.417 €	56.477.326 €	
Incentivo				117.682.861 €
Eficiência Produtiva (unidades de VAB por uma 1 de incentivo)				0,48

Fonte: SIPRIME

7 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos confirmam que na grande maioria dos projectos (79% pelos dados da amostra) o investimento objecto de incentivo teve consequências positivas ao nível da produtividade das empresas, o que está em consonância com conclusões retirados em diversos estudos referidos no ponto 2., nomeadamente, Augusto Mateus & Associados (2006), De Long, J B & Summers, L H, (1991 e 1992), Erenburg, Sharon J. (1994) e Bergstrom, Fredrik (1998).

Em complemento, observou-se no presente estudo que houve projectos que para além de receberem incentivo, foi-lhes atribuído Prémio de Realização, sendo que do ponto de vista de evolução de produtividade se tornaram, no pós-projecto, menos eficientes. Estes dados têm surgido com maior evidência e com maiores dimensões em projectos do chamado regime contratual que utilizam critérios específicos em termos de selecção de projectos e de atribuição do Prémio de Realização. Apesar de ser um reduzido número de projectos têm um peso considerável em termos de investimento e de incentivo atribuído. Por outro lado, destacou-se ainda neste estudo a evidência marcante de que as taxas de rejeição de projectos são bastante reduzidas, quando estamos na presença de grandes projectos de investimento, apresentados por grandes empresas. Todas estas situações podem ser associadas a conclusões idênticas, sobre a ineficiente alocação dos recursos, às retiradas por outros autores como Bergstrom, Fredrik (1998), Beason & Weinstein (1996) e Lee's (1996), relativamente à influencia que os grupos de pressão podem ter, fazendo com que os incentivos ao investimento tenham efeitos menores sobre a produtividade, tornando as empresas menos eficientes.

À parte desta situação, que poderá ter influenciado apenas alguns projectos apresentados por “não PME”, não se considerada, face à taxa de sucesso alcançada, que os projectos do SIME-A não tiveram efeitos significativos, na sua globalidade, sobre a produtividade das empresas.

Podemos assim afirmar que se confirmam as hipóteses identificadas no ponto 3. Sendo o SIME – A o instrumento financeiro principal que o Estado teve para, de uma forma directa, conceder incentivos ao investimentos na modernização das empresas, estes incentivos direccionados para a transformação da estrutura empresarial e para a constituição de unidades mais modernas, contribuíram para aumentar a produtividade nas empresas.

Tendo presente que a amostra trabalhada, sobre os projectos concluídos, apresenta uma dimensão significativa para o universo total dos projectos SIME (foram aprovados 2.154 e nestes estudo foram utilizados dados sobre 596 projectos concluídos) os resultados obtidos podem ainda ser utilizados numa extrapolação para o restantes projectos, que virão a apresentar resultados de avaliação num futuro próximo.

Para finalizar este ponto, identificam-se de seguida alguns traços verificados nos projectos que obtiveram Prémio de Realização e como tal foram considerados com a notação de projectos de sucesso, sendo particularmente relevantes os seus efeitos ao nível produtividade:

- a) Em termos globais as empresas verificaram um crescimento do VAB de 51,45% face à situação pré-projecto. Neste contributo destacam-se as PME onde a evolução foi particularmente positiva, tendo-se duplicado o VAB da situação pré-projecto;
- b) A produtividade média aparente do trabalho registou um importante incremento (17,52%).
- c) Por cada unidade de incentivo atribuído pelo SIME-A, são geradas 1,67 unidades adicionais de VAB, sendo este efeito mais notório nos sectores construção (3,79), serviços (3,29), transportes (2,78) e comércio (2,55), bem como, nas empresas da indústria transformadora de média-alta tecnologia (3,9);
- d) Em valor absoluto, o sector indústria gerou 74,8% dos acréscimos de VAB verificados (783,3 milhões de euros num global de acréscimo de VAB de 1.047,8 milhões de euros);
- e) Na indústria transformadora e tendo presente o seu grau de intensidade tecnológica, constata-se que os maiores aumentos de VAB ocorreram nas empresas de média-alta intensidade tecnológica.

Salienta-se também o facto de se confirmar uma evolução contrária, em termos dos dados observados sobre a produtividade, quando aplicámos a nossa análise de forma aos 127 concluídos que não obtiveram Prémio de Realização. Neste conjunto de projectos, para o período em análise, registou uma variação negativa em termos de produtividade. Por outro lado, cada unidade de incentivo concedida a estes projectos gerou apenas $\frac{1}{2}$ (0,48) unidade

de VAB. Esta análise funcionou como um teste negativo aos pressupostos e hipótese que tínhamos formulado.

Desta forma, não obstante ainda não se estar na presença de dados reais sobre todos os projectos do Programa, dado que alguns ainda se encontram em execução, a partir da análise efectuada no presente estudo podemos inferir que, em termos de resultados o PRIME contribuiu para o crescimento do VAB e para o aumento da produtividade das empresas.

8 TRABALHOS FUTUROS

No desenvolvimento de trabalhos futuros sobre esta matéria será importante fazer o tratamento de todos os dados obtidos no “ano cruzeiro”. Essa avaliação será conclusiva sobre o verdadeiro impacto na produtividade das empresas intervencionadas pelos incentivos. Numa análise desse tipo será ainda possível observar se a metodologia de avaliação definida no enquadramento legal do PRIME capta eficazmente os efeitos do projecto sobre a produtividade da empresa.

Por outro lado, numa análise futura de maior aprofundamento, é ainda importante e necessário ter em consideração variáveis de controlo, que possibilitem contrapor a evolução registada pelas empresas intervencionadas com a evolução registada no sector onde se inserem.

9 BIBLIOGRAFIA

Annual Competitiveness Report 2003 – National Competitiveness Council, Forfás Dublin.

Augusto Mateus & Associados, CISEP e Price Waterhouse Coopers, (2006), “Avaliação Intercalar do POE/PRIME”

Bergstrom, Fredrik (1998) “Capital subsidies and the performance of firms”, Small Business Economics; 14, 3; ABI/INFORM Global pg. 183

Bergstrom, Fredrik (1998) “Characteristics of government supported firms”, Stockholm School of Economics, Dept. of Economics

Beason, R & Weinstein, D E, (1996), “Growth, economies of scale, and targeting in Japan (1955-1990)”. The Review of Economics and Statistics, Vol. 78, No. 2, May, pp. 286-295.

Comissão Europeia, SME Policy

Comissão Europeia, CE (2004), “Uma nova parceria para a coesão – convergência, competitividade e cooperação, Terceiro relatório sobre a coesão económica e social”

Comissão Europeia CE (2007) “Aumentar o crescimento da produtividade: principais mensagens do relatório de 2007 sobre a competitividade europeia”

De Long, J B & Summers, L H, (1991), “Equipment Investment and Economic Growth”. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 106, May, pp. 445-502.

De Long, J B & Summers, L H, (1992), “Equipment Investment and Economic Growth: How Strong Is the Nexus?”

Erenburg, Sharon J. (1994) – “Linking Public Capital to Economic Performance, Public Capital: The Missing Link Between Investment and Economic Growth”

Lee, J-W, (1996), “Government interventions and productivity growth”. *Journal of Economic Growth*, Vol. 1, September, pp. 391-414.

Lucas, R E, 1988 “On the mechanics of economic development”, *Journal of monetary economics*.

Manigart, S., Waele, K., Wright, M., Robbie, K., Desbrières, P., Sapienza, H. J., Beekman, A. (2002) “Determinants of required return in venture capital investments: a five-country study” *Journal of Business Venturing* 17 pp 291-312

Mari-Carmen Puigcerver-Peñalver (2004) “The Impact of Structural Funds Policy on European Regions Growth. A Theoretical and Empirical Approach” - Universidade de Murcia

Ramos,P e Coimbra,C – “Nota sobre o cálculo da produtividade média das regiões NUTS II e NUTS III portuguesas”, Instituto Nacional de Estatística

Randoy, T., Goel, S. (2003) “Ownership structure, founder leadership, and performance in Norwegian SMEs: Implications for financing entrepreneurial opportunities” *Journal of Business Venturing* 18 pp 619-637

Reiner Martin, (1998) “Regional incentive spending for European regions”, *Regional Studies*; 32, 6; ABI/INFORM Global pg. 527

Robert Solow (1956), “A contribution to the theory of economic growth”, *Quarterly Journal of Economics*

Romer, P , 1986 “Increasing returns and long-run growth” *Journal of political economy*

Someshwar Rao, Andrew Sharpe and Jeremy Smith, (2005) “An analysis of the labour productivity growth slowdown in Canada since 2000” *International Productivity Monitor*, Vol 10, pp. 24-44.

Tzelepis, D e Skuras (2004) “The effects of regional capital subsidies on firm performance: an empirical ...”*Journal of Small Business and Enterprise Development*; 11, 1; ABI/INFORM Global pg. 121

Wang, Clement K. and Ang, Bee L. (2004) “Determinants of Venture Performance in Singapore” *Journal of Small Business Management*

10 ENQUADRAMENTO LEGAL DO PRIME

Decreto-Lei n.º 70-B/2000, D.R. N.º 104, I Série A de 05/05/2000 (Suplemento)

Aprova o enquadramento para a criação de um conjunto de instrumentos de política de acção económica a médio prazo para o período de 2000 a 2006 (POE/PRIME).

Portaria n.º 687/2000, D.R. N.º 201, I Série B de 31/08/2000

Cria e regulamente o SIME.

Despacho n.º 25780/2000, D.R. N.º 290, II Série de 18/12/2000

Fixa o prazo máximo de duração do plano de reembolso dos subsídios reembolsáveis no âmbito do SIME.

Despacho n.º 25838/2000, D.R. N.º 291, II Série de 19/12/2000

Define a pontuação dos parâmetros B1 e B2, indicadores de avaliação e ano cruzeiro a utilizar no âmbito do SIME.

Portaria n.º 865-A/2002 D.R. N.º 167, I Série B de 22/07/2002 (Suplemento)

Altera o Regulamento de Execução do SIME, aprovado pela Portaria n.º 687/2000, de 31 de Agosto, com a redacção que lhe foi sendo dada pelas Portarias n.º 164/2001, de 7 de Março e n.º 243/2001, de 22 de Março.

Portaria n.º 262/2004 D.R. N.º 60, I Série B de 11/03/2004

Revoga a Portaria n.º 687/2000, de 31 de Agosto, com a redacção que lhe foi sendo dada pelas Portarias n.º 164/2001, de 7 de Março, n.º 243/2001, de 22 de Março, n.º 865-A/2002, de 22 de Julho e n.º 218/2003, de 12 de Março e aprova o novo Regulamento de Execução do SIME.